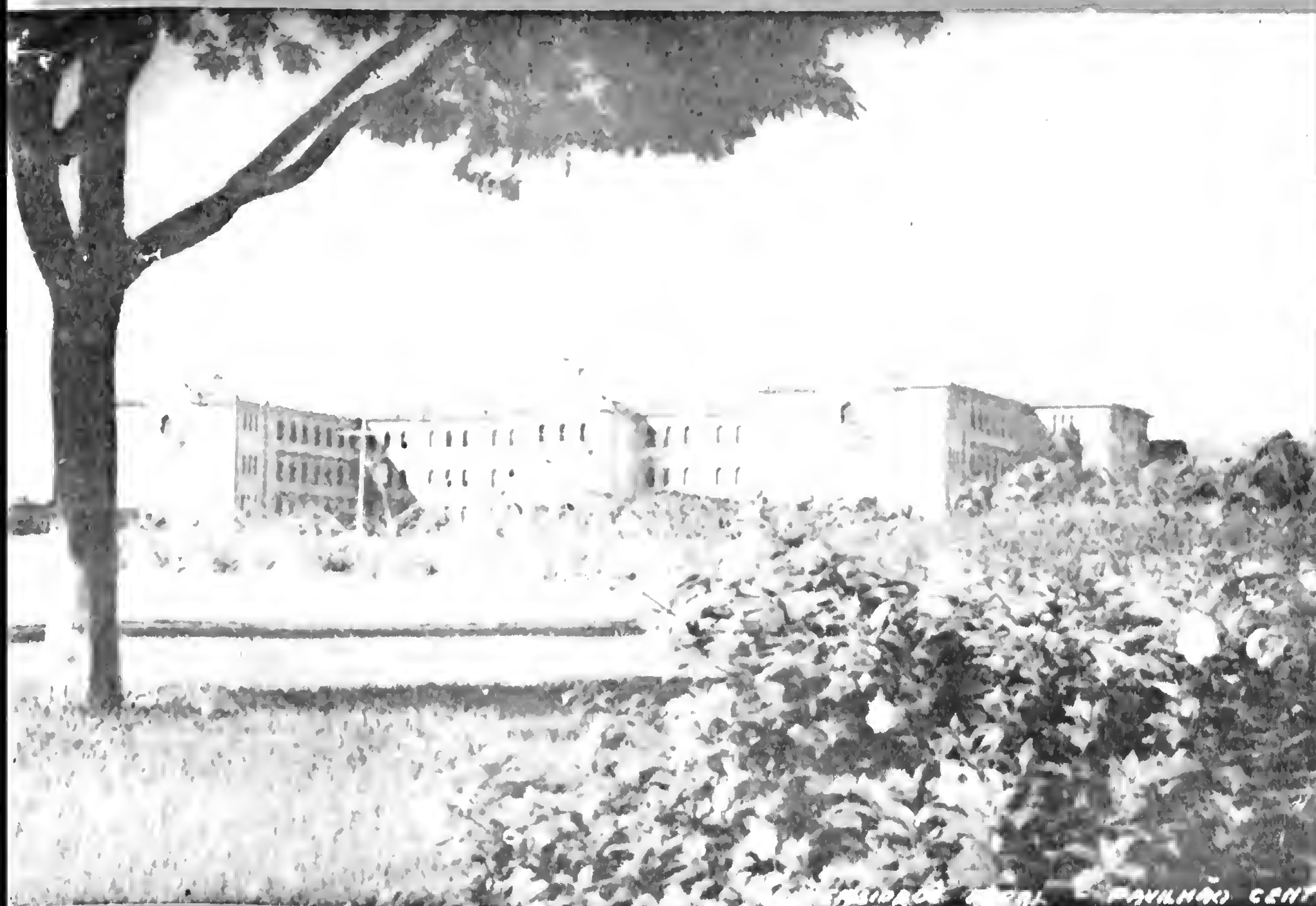
A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



UNIVERSIDADE RURAL — PAVILHÃO CENTRAL

ANO LVII

NOVEMBRO-DEZEMBRO 1953
RIO DE JANEIRO — BRASIL


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17



II Congresso Rural Brasileiro — Curitiba: Grupo de congressistas em visita às instalações do Pôrto de Paranaguá, futuro empório do café.

SUMÁRIO

Mudanças climáticas e a produção do café 3
Caso da Agricultura 4
Consequências da economia dirigida na restauração e fomento da economia nacional 5
Faresp — Expressão do movimento associativo no meio rural 7
Importação de vacinação dos rebanhos — Médico-Veterinário **Jorge Vaitsman** 11
Fazenda só Grande — **Al Neto** 13
Educação Cooperativa — **Fábio Luz Filho** 14
Novos Rumos à Vida Rural — Prof. **Arthur Torres Filho** 16
Mobilização da Classe Rural 18
Apêlo aos Empregadores — **Zulfo de Freitas Malman** 20
É Precisa Água para o Homem do Nordeste — **F. Guilhermo Steissmann** 22
Uma demonstração de pujança e vitalidade da classe rural 25
Por falar em associativismo rural... 34
Serviço de Economia Rural 34
Dez anos para a mudança da Capital do país — **Câmara Filho** 43
Colagem 47

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVII — NOVEMBRO - DEZEMBRO — 1953

Mudanças Climáticas e a Produção do Café

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Segundo notícia telegráfica de 26 do mês passado, proveniente de Londres, advertem os diretores do "Cambuhy Coffee and Cotton Estates", no seu 28.º informe anual, que a diminuição das precipitações pluviométricas no sul do Brasil ameaça nossa produção de café e de algodão no seu maior reduto, compreendendo os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso.

Faz êsse informe ressaltar que a diminuição das chuvas deva ser atribuída à "derrubada das matas e a um simples ciclo climático".

Mostra-se, também, o relatório, alarmado em relação às colheitas de algodão com a diminuição das chuvas na época própria, afetando os rendimentos das colheitas.

Julgamos que as observações da Diretoria da "Cambuhy Coffee and Cotton Estate", como resultado de pesquisas realizadas em várias décadas, devam merecer a atenção das nossas instituições experimentais.

E' bem certo que se faz mister opormos uma barreira à formação de desertos em todo o país, com a calamitosa devastação florestal. Essa devastação que se agrava cada vez mais, está tendo influência decisiva nas alterações pluviométricas do sul do Brasil.

Realizou-se, há pouco, em Curitiba, o 1.º Congresso Florestal Brasileiro, cujas conclusões devem merecer todo o acatamento do Congresso Nacional, do Govêrno Federal, Estadual e Municipal.

Ao Instituto Brasileiro do Café, com auxílio das Estações Experimentais, caberá traçar rumos que garantam bases racionais para o desenvolvimento da cafeicultura, que é a maior riqueza agrícola do país.

Não são apenas os fenômenos climatéricos, mas, também, a destruição do solo agrícola pela erosão, com a perda da matéri aorgânica, que estão comprometendo o futuro da produção brasileira.

Impõe-se uma campanha nacional em bases econômicas, acautelando nosso patrimônio florestal, defendendo a conservação do solo, a fim de garantir o futuro da agricultura brasileira.

"CASA DA AGRICULTURA"

A Sociedade Nacional de Agricultura vai inaugurar, dentro de poucos dias, a sua sede — a "Casa da Agricultura" — num edifício de nove pavimentos, numa das áreas mais valorizadas da Capital Federal, a Esplanada do Castelo. Êsse edifício é o resultado de grandes esforços, muita tenacidade e até de sacrifícios ignorados pelos nossos agricultores; é o coroamento de uma obra de 56 anos, em que estiveram empenhados grupos de brasileiros ilustres, sempre preocupados com a defesa dos interêsses das classes rurais. Pouca gente sabe que se deve à Sociedade Nacional de Agricultura a criação do Ministério da Agricultura, a difusão do cooperativismo e, ùltimamente, a organização da Confederação Rural Brasileira.

Com a construção da "Casa da Agricultura" a Sociedade Nacional de Agricultura conseguirá, finalmente, obter estabilidade financeira e, então, realizar um programa mais amplo e mais benéfico para os seus associados, no qual se destacará o melhor equipamento da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", que ela mantém, há longos anos, na Penha, para a formação de técnicos agrícolas.

Mantendo, sempre, íntima cooperação com os serviços técnicos do Ministério da Agricultura, a Sociedade Nacional de Agricultura edita a mais antiga revista agrícola do país, "A LAVOURA", realiza cursos rápidos para lavradores e criadores, defende os interêsses dos produtores junto aos poderes públicos, participa diretamente de todos os movimentos em favor das classes rurais, presta orientação aos seus associados e a quantos a procuram, em suma procura suprir as deficiências e as dificuldades dos órgãos oficiais de fomento agrícola. Tudo isso é feito, porém, graças ao espírito público de um grupo de diretores e de funcionários, que dispõem de recursos minguados, mas sempre esperam pelo momento em que pudessem fazer da Sociedade Nacional de Agricultura a "Casa da Agricultura" no Brasil. Êsse momento vai chegar com a inauguração da sua sede e, então, os nossos agricultores bem poderiam, agora, retribuir os serviços que dela sempre receberam, cada um contribuindo com um donativo para a aquisição dos móveis, dos livros, das máquinas de escritório, de tudo de que ela precisará sòmente para ser mais útil ao Brasil.

Não pensem que êsse donativo precisará ser de muitos contos de réis: qualquer quantia será recebida como prova de interêsse e de sincera cooperação e, sobretudo, de compreensão da grande obra que a Sociedade Nacional de Agricultura vem realizando em favor da Agricultura brasileira.

(Transcrito de "Mundo Agrícola" de junho de 1953).

Consequências da economia dirigida na restauração e fomento da economia nacional

1 — Fatores que a impulsionam:

a) no campo da produção.

Em virtude de fatores peculiares a atual fase de desenvolvimento econômico intensivo por que atravessa o Brasil, a iniciativa privada não tem tido capacidade financeira suficiente para atender, em tôda sua plenitude, as atividades básicas e fundamentais, nas quais são exigidos investimentos maciços, a longo prazo, e via de regra, de baixa remuneração.

Consequentemente, se fez sentir a necessidade da intervenção supletiva do Estado naqueles setores específicos da produção.

A título ilustrativo, passamos a enumerar alguns exemplos da ação governamental que aludimos.

Recentemente, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que tem por objetivo percípuo superintender a execução dos projetos examinados e aprovados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico e relativos a ferrovias, energia elétrica e aparelhamento e dragagem de portos. Nesse sentido, o novo estabelecimento administrará os recursos em moeda nacional destinados à realização das obras e serviços, bem como poderá contratar, no exterior, os empréstimos em divisas necessários a obtenção de máquinas e equipamentos ainda não fabricados no País.

Na indústria pesada, a participação do Govêrno tem oferecido resultados satisfatórios. Assim é que Cia. Siderúrgica Nacional, empresa mista com predominância de capital oficial, vem suprindo o mercado interno de grande parte do consumo de ferro gusa, aço laminados e uma série de outros produtos.

As estatísticas de produção dos três primeiros artigos citados nos anos de 1949, 1950 e 1951 mostram o crescimento verificado:

Produtos	1949	1950	1951
Ferro gusa	192.774	339.062	342.087
Aço em lingotes	308.188	420.188	465.032
Laminados de aço	220.887	287.168	342.561

(Fonte: Relatórios da Companhia).

A Cia. Vale do Rio Doce S. A., outra grande organização semi-oficial, embora ainda não tenha atingido os níveis esperados e previstos, realizou consideráveis progressos no ritmo de produção, transporte e exportação de minério de ferro.

O plano elaborado previa uma exportação de 1.350.000 toneladas de minério a ser alcançada em 1952. A exportação real foi de 1.507.013 toneladas.

As cifras a seguir evidenciam a marcha evolutiva da Companhia (apenas 1.º semestre de cada ano).

(Em toneladas)

Anos	Minério produzido	Transportado	Exportado
1950 . . .	148.472	116.849	78.660
1951 . . .	240.587	212.689	198.709
1952 . . .	268.618	251.149	235.149

No presente, se debate o problema da exploração do petróleo nacional em larga escala e a tendência é para exploração por meio de companhia de capitais mistos, cabendo a maioria do capital ao Govêrno Federal; o restante deverá ser subscrito pelos Govêrnos dos Estados e, compulsòriamente, pelos proprietários de veículos a motor de explosão.

A garantia de financiamento e compra de safras de certos produtos agrícolas, a fim de incentivar a produção, foi instituída recentemente. Mas, há alguns anos o Govêrno do Estado de São Paulo adotou medida análoga com os mais salutares resultados, tendo bastado sua presença potencial no mercado para garantir o escoamento das safras.

Intervenções de menor amplitude são praticadas pelos Govêrnos Estaduais, principalmente no terreno da produção agrícola, pelo fornecimento de sementes selecionadas, facilidades para aquisição de adubos e máquinas agrícolas e assistência técnica nos agricultores;

b) no campo de distribuição de bens e serviços.

Presumindo que estes item do questionário se refira à política de abastecimento e preços, pode-se afirmar que a intervenção estatal nesse setor não tem sido bem sucedida.

Existe no Brasil uma Comissão Federal de Abastecimento e Preços que sucedeu a outros órgãos de finalidades análogas, como a Coordenação da Mobilização Econômica e a Comissão Central de Preços.

As medidas de tabelamento de preços têm provocado perturbações na economia, desestimulando a produção. Como os tabelamentos não são uniformes, variando os preços de localidade para localidade, essa circunstância produz distorsões nas correntes normais do mercado, e certos gêneros são escassos em uma localidade e abundantes em outros.

Duas tentativas já foram feitas no sentido de se congelar todos os preços, mas nenhum resultado prático foi conseguido.

Atualmente está sendo experimentado o contrôle de preços através da formula C.L.D. (custo, lucro, despêsa), aplicável a certos artigos essenciais. Apesar de há pouco mais de um mês, apenas, estar em vigor essa formula, já se patenteou sua inexequibilidade.

Forum constituídos júris populares para julgamento dos crimes relacionados com estabelecimen-

to e preços, mas tais juris não têm funcionado com regularidade.

De um modo geral a intervenção do Estado nesse setor têm sido improfícua e contraproducente.

No que diz respeito à remuneração dos empregados, há uma lei fixando salários mínimos e os reajustes dos salários em geral se tem processado por acordos referendados pela justiça trabalhista ou por decisões desta última.

Acresce notar que se acha em andamento, no Congresso Nacional, um projeto de lei de participação dos empregados nos lucros das emprêsas, projeto esse que apresenta inconvenientes à economia nacional, por dificultar a formação interna de capitais.

2 — Seus excessos e desvios:

Já respondido, englobadamente com o item anterior.

3 — Resultados em correlação com as reações de prosperidade e depressão, na economia do país:

Não dispomos de dados para responder a esse item.

4 — Sua influência na orientação do comércio exterior:

Os desequilíbrios no balanço de pagamentos levaram o País à controlar o comércio externo, através do regime de licenças de exportação e importação. Atualmente, só são concedidas licenças para importação de artigos de alta essencialidade, pois que existe "deficit" no balanço de pagamentos e também no balanço comercial.

É bem verdade que, com os países com os quais mantemos Acôrdos de Comércio, é permitida à importação de produtos menos essenciais, desde que se mantenha o equilíbrio nas relações de troca programadas. Com isso, procura-se aumentar o comércio internacional do país.

Os custos internos de produção se têm elevado, e a paridade de câmbio declarada ao Fundo Monetário em 1947 concorre para o desajustamento daqueles, em relação aos níveis externos. Daí resulta que a maioria dos produtos brasileiros tem preços internos superiores aos internacionais e não encontram mercado no exterior. Anteriormente admitiu-se o regime de operações vinculadas (ou compensação) privadas, mas esse regime foi suspenso desde fevereiro de 1951, admitindo-se apenas o andamento das operações já contratadas.

5 — Conflitos com os métodos de cooperação internacional:

A nosso ver, não existem tais conflitos, mas o Govêrno tem sido acusado de infringir o Tratado de Tarifas por tributar internamente, com o imposto de consumo, as mercadorias de procedência estrangeira com alíquotas mais altas do que as do imposto que incide sôbre mercadorias nacionais idênticas.

6 — Questões específicas do interesse local:

Nenhuma que possa interessar do ponto de vista do presente trabalho.

7 — Observações gerais:

Em face dos esclarecimentos prestados, conquanto haja no Brasil, sem individuações, clima de todo favorável à livre iniciativa particular, que, de fato, existe em escala apreciável, a intervenção supletiva do Estado se tem caracterizado como satisfatória.

Apenas no que respeita a abastecimento e preços tem sido ela causa de perturbações, desestimulando a atividade produtora em alguns setores, notadamente o da produção de alimentos.

F A R E S P

Expressão do movimento associativo no meio rural

Mau grado as inúmeras e conhecidas dificuldades com que têm lutado os líderes da classe rural para estruturar a lavoura e a pecuária nacionais numa organização legìtimamente representativa, já agora se pode olhar com otimismo êsse problema, após o advento do decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, que estabeleceu normas e disciplinou os esforços isolados em todo o país para a colimação daquele fim.

Combatido, a princípio, por interessados em manter a classe desunida, sem o aparelhamento dos órgãos de manifestação de seu pensamento e de suas reivindicações, vai aquêle diploma conseguindo implantar o espírito de associação e de solidariedade real entre os homens do campo, podendo-se, a esta altura, contar com expressões estaduais do movimento animador que se estende por todo o território pátrio.

Não queremos falar aqui da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, a veterana FARSUL, surgida muito antes do referido decreto-lei, mas da sua co-irmã, a FARESP, organizada à sombra do 8.127, a qual representa as atividades agro-pecuárias do Estado de São Paulo.

A vida desta entidade se iniciou um pouco antes, pois que, desde 1942, uma organização, que foi o seu núcleo inicial, sob a denominação de Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central, com sede em Barretos, congregava grande parte da vida rural não só de São Paulo, mas também de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Dedicava-se principalmente às questões ligadas à pecuária, esteio econômico da região.

Transferida em 1944 para S. Paulo, logo após, com o advento do decreto-lei 8.127, se adaptou e se transformou na hoje pujante FARESP, expressão legítima dos anseios da lavoura de São Paulo e do associativismo rural do país.

E' ela uma prova viva das possibilidades do nosso rurícola em matéria de união e cooperação. Faltava-lhe, antes, o elemento

coordenador que o diploma veio suprir, para afinal colocar o nosso homem do campo, através das suas organizações de classe, em igualdade de condições com as outras atividades econômicas, a fim de fazer valer os seus pontos de vista junto aos poderes públicos, em defesa dos elevados interêsses não só da grande e laboriosa classe, como também do próprio país, pois que continuamos sendo, e ainda o seremos por muito tempo, uma nação visceralmente dependente da produção da terra. Tais interêsses, até aqui, eram quase sempre postergados, face a fôrças mais bem organizadas, mais fortes por isso mesmo, e cujos objetivos nem sempre coincidiam com os da agricultura.

Da comissão, aliás, que elaborou o anteprojeto do 8.127, participou ativamente o atual deputado federal Iris Meinberg, fundador e até hoje presidente da FARESP, que, como seria de esperar, está servindo de modêlo a outras unidades da Federação.

A fundação da Confederação Rural Brasileira, a 27 de setembro de 1951, contou com a iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura, da FARESP, da FARSUL, da FAREM (Minas), então recentemente fundada, e da FAREMA (Maranhão), entidades essas, por assim dizer, fiadores do empreendimento, que visa dar à agriculutra um lugar ao sol, entre os que trabalham em benefício do Brasil.

Organizada dentro das normas preconizadas pelo referido decreto-lei, tem a FARESP correspondido plenamente aos fins a que se destinou.

Na direção da Confederação Rural Brasileira, atua e colabora com um número elevado de diretores e membros ativos; os problemas agrícolas, particularmente os de São Paulo, e, em muitos casos, nos que de lá emanam com reflexos nacionais ou em outros Estados, sempre mereceram a atenção, os estudos e a atuação do órgão máximo da agricultura bandeirante. A sua sigla é conhecida em todo o Brasil e nós, órgão da entidade de cujo seio partiu a idéia dessa organização, a Sociedade Nacional de Agricultura, nos confortamos em ver que nossos longos e continuados esforços não foram vãos: a classe avigora-se, adquire a conscinêcia de sua fôrça, atinge, enfim a sua maioridade, para poder falar com altivez e autoridade, sem precisão de intermediários, nem sempre empenhados sinceramente em que a lavoura e a pecuária se imponham, em que seus pontos de vista sejam respeitados.

Outras entidades pelo Brasil seguem as pégadas da FARESP e da FARSUL, sendo de justiça assinalar aqui o notável progresso que se verifica entre as Federações do Paraná, do Ceará, de Pernambuco, de Goiás, do Estado do Rio de Janeiro, trilhando, desde a sua fundação, linha ascencional expressiva e promissora.

Mantém a FARESP um boletim informativo, mensal, de larga circulação, que já está no número 133. E' publicação de grande utilidade para quantos cuidem dos assuntos agrícolas não só de São Paulo, mas de todo o país; mantém em sua sede própria, na Capital do Estado, os seus órgãos administrativos, servidos por uma assessoria técnica perfeitamente integrada e conhecedora de nossos problemas econômicos.

As suas reuniões semanais, que já ultrapassaram de trezentas, são realizadas com tôda a regularidade, além das conferências especializadas, concentrações de lavradores ou criadores e outros movimentos no seio da lavoura paulista, tão salutares quanto necessários para manter vivo o espírito de associação entre os componentes da classe.

Num dêsses conclaves, a "Concentração de Agricultores", realizada a 31 de julho último, em São Paulo, foram aprovadas medidas do mais alto alcance e oportunidade para o momento agrícola e econômico paulista e brasileiro, sendo de destacar as recomendações referentes ao "Associativismo Rural", as quais, por merecerem nosso inteiro apoio, vão abaixo transcritas:

"Considerando que o Poder Público precisa discernir a voz da lavoura, entre as que se elevam a seu redor; que, infelizmente, não se tem tido êsse cuidado nas esferas governamentais, a ponto de se permitir que outros interêsses, divergentes e até contrários, se manifestem em nome da lavoura, ou em lugar dela, e mesmo prevaleçam em seu detrimento; que o legítimo interêsse rural, que estrutura o edifício da Nação, não se compadece com a posição secundária em que a vem colocando a inadvertência dos responsáveis por nossos destinos; que sòmente pela agremiação dos que vivem da terra é que se pode tornar conhecido seu pensamento a respeito das necessidades rurais; que, para orientação da mentalidade urbana que nos governos predomina, essa contribuição dos que sentem mais diretamente o problema é imprescindível no afã de soerguer a economia agrária, tão necessitada de recuperação por meio de um planejamento de largo alcance; que essa providência, há tempo esperada, no sentido do fomento da produção, constitui vasto e complexo programa, que não é possível esboçar consciente e corajosamente, sem um conhecimento perfeito de nossos problemas rurais; resolve solicitar:

1 — Aos profissionais da agricultura já arregimentados: que se empenhem pela organização rural, ampliando o quadro social das entidades existentes e promovendo a fundação de outras, nos municípios ainda não integrados no movimento associativo agrário;

2 — Aos profissionais ainda não arregimentados: que se

inscrevam na associação rural de seu município ou, na falta dela, providenciem sua instalação;

3 — Aos Poderes Públicos municipais, estaduais e federais: que amparem os órgãos representativos da classe, ouvindo-os com a atenção que merecem, tendo em vista não sòmente suas prerrogativas de ordem legal, mas também a necessidade de proporcionar à economia rural todos os meios e recursos de que necessita, a fim de que se reabilitem as atividades agrárias dêste país, cujo colapso iminente ameaça muito de perto a economia nacional, e com ela a ordem pública e as próprias instituições vigentes."

A FARESP, além de seu patrimônio já considerável de serviços à classe, conta com um já bem expressivo patrimônio material: a sua sede, constituída de 2 pavimentos (9.º e 10.º) do edifício à Rua Barão de Itapetininga, 224, é de sua propriedade, estimando-se o ativo da entidade em cêrca de 20 milhões de cruzeiros.

São filiadas à FARESP nada menos de ... associações rurais e ... cooperativas, registrando ..... agricultores.

E', pois, uma expressão do associativismo rural brasileiro e em cabal desmentido aos céticos, que não acreditavam no espírito de união e de cooperação do nosso homem rural.

Importância da vacinação dos rebanhos

Médico-Veterinário
Jorge Vaitsman

A prática das vacinações dos rebanhos, com o fim de evitar o aparecimento das doenças infecciosas entre os animais, ainda não está generalizada como seria de desejar, e, quase sempre, ela é realizada, sem maiores cuidados, pela maioria dos fazendeiros que já a utilizam correntemente. Embora o criador nacional não desconheça o valor e o efeito das vacinações estas não são feitas, na maioria absoluta de nossas fazendas, como rotinas, isto, é, trabalho programa, como os demais da agricultura. O fazendeiro conhece perfeitamente bem as épocas de preparação da terra, do plantio e da colheta de seus produtos da lavoura. E executa todos êstes trabalhos dentro de um rotina que êle aprendeu por tradição, e cujos resultados são, sem dúvida, satisfatórios. Já com o criador de animais não acontece o mesmo. Êle conhece, é certo, as doenças que podem ser evitadas com o emprêgo das vacinas. Mas só se lembra, via de regra, de fazer as vacinações quando a doença já está surgindo no rebanho. Não faz programação para um trabalho lão importante como êsse. Muitas vêzes, o criador, assoberbado com outros problemas, esquece-se ate mesmo de encomendar ou comprar as vacinas de que vai precisar, e quando, afinal, resolve adquiri-las não encontra nem uma só ampola do produto para o seu gado.

Com mais frequência, porém, ocorre um outro fato que traz sérios prejuizos para o criador e lança o descrédito para êsse método profilático: as vacinas são empregadas quando a doença já surgiu no rebanho. Esquece-se o criador que, dêste modo, a vacinação pode evitar o aparecimento dos casos que já estejam "incubados". Nessas ocasiões, aliás, as vacinas são mesmo perigosas, podendo provocar acidentes graves nos animais.

A vacinação é um método preventivo e, portanto, dentro da fazenda, sua aplicação deve ser prevista e programada pelo criador, com bastante antecedência, evitando-se os atropelos de última hora e os resultados negativos, que são comuns quando ela é feita precipitamente.

O criador deve conhecer perfeitamente a época do nascimento de seus animais, fazendo o registro da data das coberturas. É uma condição dificil para a maioria de nossas fazendas. Entretanto, onde êsse registro pode ser feito, é fácil fazer um calendário perfeito para as vacinações. Em uma fazenda de criação bem orientada, os nascimentos são mais ou menos na mesma época, de modo que, em um mesmo periodo, poderá ser feita a vacinação, por exemplo, de todos os bezerros e animais novos contra algumas doenças. Deve conhecer também com segurança a doença contra a qual vai vacinar; saber, em sua região, a época do aparecimento provável, as condições em que pode surgir com antecedência, a sua maneira de difusão, etc. Outro conhecimento diz respeito à qualidade da vacina, que deve ser empregada dentro do seu prazo de validade (as ampolas trazem êste prazo impresso no rótulo) e ser de boa procedência, além de estar registrada no Ministério da Agricultura. Outros conhecimentos são importantes e podem ser assim resumidos: fazer as vacinações em dias de tempo firme; não aplicar as vacinas nos dias de banhos carrapaticidas; desinfetar o local da aplicação da injeção, esterilizando a agulha em água fervente, assim como a seringa, etc. etc.

As principais doenças, as mais comuns em nossos rebanhos, cuja profilaxia pode ser feita com a prática das vacinações são as seguintes:

Dos bovinos — Pneumoenterite dos bezerros, contra a qual se vacina desde antes do nascimento, por intermédio da vaca gestante; a Peste da manqueira (carbúnculo sintomático) que ataca os bovinos dos 6 mêses aos 2 anos de idade; a **Brucelose** (abôrto epizootico) que se está espalhando por todo o rebanho bovino nacional e transmissivel ao homem; o **Carbúnculo Verdadeiro** (carbúnculo hemático) que em muitas regiões exige hoje uma vacinação religiosamente programada, dispensando-se sòmente em lugares, isentos desta doença, pràticamente incurável e traiçoeira; a **Raiva**, cuja vacinação deve ser feita sem falta onde haja morcegos que chupam sangue (hematófagos), desde que já se tenha verificado algum caso da doença ou suspeita; a **Aftosa**, cuja vacinação ainda é um problema dificil mas que é sem dúvida uma das doenças que mais interessa combater, seja qual fôr a dificuldade, que, afinal, não é intrasponivel.

Dos equideos — Garrotilho, mas comum nas regiões de invernos rigorosos; e o **Tétano**, doença mais perigosa nos casos de ferimentos, castrações e outras intervenções cirúrgicas.

Dos suinos — Peste suina, contra a qual deve o criador vacinar sistemàticamente. As outras doenaçs dos porcos não têm tanta importância como esta e, em geral, podem ser evitadas sem vacinas, com a prática dos métodos corretos de criar.

Das aves — Epitelioma contagioso (Bouba ou variola das aves) e sua variante — a Difteria, são as que exigem vacinação sistemática. De um modo geral a coriza, o colera, etc. podem ser evitados com um rigoroso e necessário regime de higiêne na criação.

A maneira correta se procedem as vacinações, especificamente e com todos os detalhes das operações encontra-se no Serviço de Informação Agricola em uma INSTRUÇÃO TÉCNICA, a qual pode ser solicitada e enviada a quem interessar.



O GIGANTE DA FAZENDA



FAZENDA SO' GRANDE

AL NETO

A agricultura e a pecuário estão se inclinando codo vez mois em fovor do gronde propriedade.

Nêste sentido, o Bureau do Censo dos Estados Unidos ocaba de publicar um estudo estatístico segundo o qual o tamanho dos fazendas norte-americanas está aumentando.

O oumento no tomanho trouxe o diminuição no número dos propriedodes.

Nos últimos 10 anos — revela o Bureou do Censo — o número de fazendos diminuiu em 713 mil unidades.

Em 1941 havia nos Estados Unidos seis milhões e 97 mil fazendas. Hoje existem cinco milhões e 384 mil.

Enquanto diminuiam em número, os fazendas aumentavam em tomanho.

O tomonho médio na fazenda norte-americana passou de 174 acres em 1941 para 211 acres atuolmente.

Ao mesmo tempo em que vem aumentando em tamanho, a fazendo norte-americano vem se tornando mais produtiva e melhor equiporodo.

Um milhão e 402 mil fazendos que em 1945 não possuiom eletricidade, agoro dispõem dela.

Nos propriedades agrícolas dos Estados Unidos há agora um milhão e 114 mil tratores mais do que em 1945.

O número de fazenda equipadas com telefones aumentou em 210 mil unidades.

Convém notar que, como ocentua o Bareau do Censo, o aumento no tamanho das fozendos não representou oumento no totol das terras dedicodos ò ogricultura ou ò pecuório.

Isto quer dizer que o fazenda menor foi sendo observida pela maior, numa indicação clara dos necessidades agrícolas e pastorís do país.

O tomanho médio da fazenda norte-americana atualmente — 211 acres — é o maior da história dos Estados Unidos.

Enquanto isto se dá na America do Norte, na Europo Oriental a produção agrícolo continua a diminuir, como consequência da divisão da terro.

Ao tomor conta do poder, os comunistos dos Balcons foram logo dividindo excessiva e violentomente os antigas fozendas, dondo pedaços a quase todos os funcionórios do partido soviético.

Esto gente não pode manter o nível anterior da produção.

Em primeiro lugar, muitos deles não erom lavradores, e receberam terro sòmente porque erom comunistas leais.

Mas mesmo oqueles cuja profissão era a lavoura, virom-se impossibilitados de produzir porque o pedoço de terra recebido ero demasiodo pequeno.

Em muitos cosos, o "felizardo" que hovio recebido um pedaço de terro não tardou em devolvê-lo oo Estado, como um presente de grego.

Dionte disso, os comunistas estão agoro recorrendo ao sistema das grandes "fazendos coletivas".

Êste sistema tem a vontogem de permitir fazendas de tomanho econômicamente eficiente. Mas como o dono é o Estado, os que cultivam o terra têm pouco interêsse em oumentar a produção.

Educação Cooperativa

Fábio Luz Filho

Como eloqüentes elementos de convicção para derrotistas, cépticos e negativista, vamos resumir o que temos assinalado em livros sucessivos.

Na Índia, pelo menos oito e, talvez, dez universidades dão cursos ampliados sôbre a história e a teoria do cooperativismo e as diversas formas cooperativas, assim como sôbre a organização e o funcionamento do movimento cooperativo no país.

Nas universidades d'Agra, de Calcutá, de Lucknow, de Nysore e de Pendjab, êste ensino é obrigatório para obtenção de certos graus universitários. Conhece-se, doutra parte, o papel ativo da educação cooperativa e também de impulsão, de organização e de orientação que representaram, ainda, nêste país, os funcionários pertencentes ao corpo dos controladores das organizações cooperativas.

Nos Estados Unidos, o cooperativismo de consumo é ensinado em várias escolas secundárias, tanto urbanas como rurais, disseminadas em diferentes pontos do país, e algumas dentre elas têm completado êste ensino com a criação de cooperativas escolares. Em certos Estados, tais como o Colorado e Oregon, o estudo do movimento cooperativo ou de alguns de seus aspectos faz parte integrante do programa dos cursos das escolas secundárias. Nos estabelecimentos de ensino superior, o cooperativismo (muitas vêzes o cooperativismo agrícola e o de consumo) é ensinado em 42 colégios e universidades do Estado (Land Grant.). Alguns Estados adaptaram uma legislação especial sôbre o ensino do cooperativismo em seu sistema de educação. Uma lei de Visconsin tornou obrigatório, em 1935, o ensino dos métodos cooperativos decorrentes do coperativismo de consumo, em suas escolas superiores e profissionais. Prevê essa também que um ensino apropriado dos princípios cooperativos será nas universidades e escolas normais superiores e secundárias.

Do mesmo modo a 28.ª Assembléia Legislativa de Dakota Setentrional votou, há tempos, uma lei prevendo a criação de um curso sôbre cooperativismo (métodos de gestão, história, princípios, organização, etc.) nas escolas normais de professores do Estado e no Colégio de professores da Universidade. A legislação de Minesota não contém nenhuma disposição prevendo o ensino do cooperativismo, mas uma lei pôs à disposição do Departamento de Educação um fundo especial para a criação de cursos sôbre o cooperativismo.

No Canadá, o programa de estudos das escolas primárias elementares e primárias complementares, aprovado pela comissão das escolas católicas da província de Québec autoriza o ensino do cooperativismo nas classes superiores. Noções sôbre o movimento cooperativo são dispensados aos alunos das escolas primárias em Manitoba, por ocasião do ensino da geografia e em Saskatchewan, por ocasião do ensino cívico.

Na maior parte das províncias os programas das escolas secundárias introduzem o ensino do cooperativismo em diversas outras matérias de ensino: a agricultura (Alberta, Québec, Saskatchewan), a história (Manitoba, Saskatchewan), o comércio e a economia política (Québec).

Em Nova Escócia, o ensino das classes secundárias superiores compreende "informações suficientes sôbre a filosofia, o progresso, os métodos do cooperativismo e sôbre seu lugar no programa de reconstrução social".

Além disso, pelo menos três Ministérios provinciais da Agricultura introduziram o ensino do cooperativismo em suas escolas práticas de agricultura e de ciências econômicas.

Quanto ao domínio do ensino superior e abstração feita das universidades pròpriamente ditas, convém notar que os govêrnos provinciais reconheceram a importância do cooperativismo para a economia rural e nacional, e encorajaram seu progresso em colaboração com as organizações cooperativas para dar um lugar, algumas vêzes considerável, ao ensino da cooperação nos nove colégios de agricultura (três na província de Quebec e um em cada uma das outras províncias, salvo Nouveau Brunswick e ilha do Prince — Edouard), assim como em seus cursos anéxos (curso de inverno, curso da noite aberto ao público). Cursos, mais ou menos extensos, sôbre o cooperativismo, são dados nas universidades das províncias de Alberta, Colômbia na Universidade de Ottawa (Ontário) e na Universidade Saint François Xavier (Nouvelle-Ecosse), e Universidade Laval (Québec).

O Departamento Federal das Peixarias subvenciona os serviços exteriores de educação social da Escola Superior das Peixarias de Québec da Universidade Saint François Xavier e da Universidade da Colômbia para obra de educação cooperativa entre os pescadores.

Albrú Johanson, presidente da Forbundet, declarou em 1944 perante um Congresso, que vários govêrnos protegiam os monopólios capitalistas com o fito de manter sua situação política, o que se lhe afigurava extremamente perigoso. Recomendou às cooperativas de todo o mundo, em face disso, uma atitude de vigilância, de advertência da opinião

pública quanto à gravidade dêsse problema, e acentuou a urgência de se mudar o espírito que ainda prevalece nas relações econômicas internacionais.

A Tailândia possui seu "Ministry of Cooperation".

Preparam inúmeras cooperativas norte-americanas planos para a educação da juventude e sua efetiva participação no movimento das cooperativas dos consumidores. Planos também se fazem para a organização de um programa de férias para adultos. Consideram elas que existem inúmeras oportunidades para que a mocidade opere no plano cooperativo e aprenda, assim, práticas comerciais, são as vantagens do respeito mútuo e da tolerância.

As cooperativas dos Estados orientais procuravam interessar em seus planos os grupos cooperativos de todo o país. Acentuam que um programa de educação para adultos pode desenvolver hábitos de trabalho e atitudes sociais compatíveis com a filosofia de ajuda-mútua do movimento cooperativo.

"As pessoas que aprendem a brincar juntas podem trabalhar melhor juntas".

Êstes programas proporcionarão dirigentes mais competentes para o movimento cooperativo norte-americano, esclarecem.

O Sr. P. Pineda Leon, digno reitor da Universidade de Los Andes, na Venezuela, respondendo a um inquérito da Universidade del Cauca, na Colômbia, ao qual, também, respondi referente à brilhante tese educativa de Fabra Ribas, disse que é evidente que a teoria cooperativa devia dar-se a conhecer principalmente por meio de um sistema de educação adequado. A Universidade moderna deve ser a orientadora de todo pensamento elevado capaz de estruturar instituições modernas, sendo os princípios e a prática do cooperativismo convenientes a uma melhor estruturação social e econômica dos povos no futuro.

A Universidade que dirige procurou introduzir na disciplina-Economia e Sociologia — um programa mínimo de idéias fundamentais sôbre cooperativismo, pondo-se em contacto permanente com o Centro de Estudos Cooperativos local.

A Cooperativa escolar repito, canalizará, vocações, dando sentido de responsabilidade às crianças.

"Os **administradores e fiscais são os próprios alunos, desempenhando os professores um papel mais de conselheiros do que de gerentes ativos.** São os próprios alunos que fazem os regulamentos, nomeiam comissões, criam seções, sugerem planos e facilitam os recursos financeiros. Verificam, além do mais as compras, determinam a aplicação dos fundos, estabelecem sanções contra as possíveis transgressões das normas estabelecidas pela comunidade. É um perfeito autogovêrno infantil, que não encerra nenhum perigo, de vez que robustece a confiança da criança em si mesma, faz que se sinta realmente responsável por um trabalho sério, pela aplicação diária dos princípios da eqüidade e da justiça."

A cooperativa escolar, em síntese, prepara o aluno para desempenhar no futuro altas funções, dignas e úteis.

"Mas, a finalidade econômica não deve, tampouco, ser subestimada, sem se chegar ao exagêro materialista que subordina todo o processo social às realidades econômicas; mas reconhece sua influência poderosa sôbre tôdas as atividades da vida e, sobretudo, no campo específico da organização interna da escola". (Ravard).

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº. Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115 - 6.º
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

—— SÃO PAULO ——

Novos Rumos à Vida Rural

Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Dispondo das mais variadas condições econômicas e sociais no interior dos Estados com regiões subdesenvolvidas, é bem certo que o Govêrno Federal, por si só, sem coordenação, que deveria caber, pela Constituição, ao Conselho Nacional de Economia (Art. 205 § 2.º), não poderá estudar e assumir a responsabilidade de reformar e orientar nossa produção econômica, se se mantiverem alheias as administrações estaduais e municipais. Se, por outro lado, o Govêrno Federal aconselha medidas tendentes à melhoria e ao desenvolvimento da produção e das populações rurais, os Estados e Municípios, por sua vez, no afã de aumentar suas rendas, adotam taxas e impostos que oneram a produção; não facilitam os transportes e não promovem a assistência **técnica, social e econômica**, de modo que, faltando ao produtor quase sempre a remuneração ao seu denodado esfôrço, a atividade produtiva transforma-se em verdadeiro jogo de azar, a ponto tal que, apesar do aumento crescente da população, vemos a produção agro-pecuária traduzir-se em algarismos desalentadores, achando-se o país num **regime de economia autárquica**.

Ao nosso homem do interior não faltam energia e amor ao trabalho, mas sim meios de exercer com eficiência e remuneração a sua atividade conseguindo para ela justo preço. É essa uma das causas mais graves do êxodo rural e do urbanismo a que, em grande parte, a industrialização está facilitando. A prova do que afirmamos temos na produção e exploração de qualquer cultura desde que ofereça vantagem econômica, como nos casos do café, cacau e outros, razão pela qual não se deve atribuir o pequeno desenvolvimento apenas à falta de instrução, porém, aos fatores que entorpecem e tiram a liberdade de produzir, como legislação, impostos, taxas, tarifas e outras barreiras da circulação, de modo que os produtos não chegam aos consumidores em preços vantajosos. Ha, de fato, uma crise permanente e muito séria e essa é a da organização dos mercados de consumo; e o custo de produção, por razões financeiras e pelo aumento crescente de onus que recaem sôbre a produção, incapacita para a competição no exterior e para o abastecimento dos mercados internos.

É certo que o Brasil ainda não atingiu, em relação as permutas com o estrangeiro, o grau de desenvolvimento a que lhe dão direito os recursos naturais e a atividade dos seus habitantes e como uma nação de mais de 52 milhões de seres humanos. Existem causas múltiplas que entorpecem as fontes de produção, impossibilitam a Nação para a luta da concorrência, como a qualidade, o custo e o máu preparo dos produtos faltando no mercado interno o armazenamento e frigoríficos para a boa conservação dos produtos deterioráveis.

Em matéria de economia, a questão de mercados é reputada como das mais dignas de acurado estudo por parte das administrações públicas, pois do seu conhecimento, no exterior e no interior, dependem os diversos grãus de venda dos produtos. Produzir e dispor de elementos capazes de permitir a produção, não é suficiente; esforços precisam ser empregados para produzir e vender em boas condições, de modo a se conseguirem preços médios para os produtos.

As crises agrícolas são, no geral, muito complexas, exigindo, para serem resolvidas, um conjunto de providências, muitas delas ligadas a sérios problemas de economia rural.

Embora o estudo do mecanismo dos mercados seja de alta importância, tornam-se precisas ainda investigações de outra natureza — biológicas, estatísticas, econômicas — de que sòmente técnicos experimentados serão capazes de se ocupar, por exigirem conhecimentos peculiares aos métodos agrícolas do País. É assim, por exemplo, que, na hipótese de se desejar saber o que convém mais produzir numa determinada região, será preciso examinar a qualidade e a quantidade de produtos solicitados pelos mercados; a história e a geografia da produção e sua distribuição, interpretando-se as oscilações de preços; enfim, será necessário o conhecimento de uma série de dados bem apurados, para permitir que a produção seja lançada em bases seguras e racionais.

As condições sociais e econômicas da agricultura têm sofrido modificações extremamente importantes nos últimos anos. Aparecem os aperfeiçoamentos da agronomia, cujas conquistas se acentuam todos os dias, barateando a produção e alargando os mercados de consumo.

Se já não é tranquilizadora nossa situação econômica, se não há quem possa negar a instabilidade em que vivem as nossas classes produtoras, se carecemos exportar em larga escala para conseguirmos grandes saldos no mercado internacional (quando só temos o café como artigo principal de exportação), a prudência mais elementar aconselha carinhosamente a atenção para aqueles que, segregados dos centros civilizados, vivem em contáto com a terra, preparando a legítima defesa econômica do País.

É do consenso geral existirem fortes obstáculos para o trabalho na agricultura nacional por faltar-nos a regulamentação do trabalho operário, o ensino profissional agrícola disseminado na massa da população rural, o crédito e o seguro agrícolas, os meios rápidos e adequados de transporte e, princi-

palmente, os mercados para os produtos da lavoura.

É sabido que, por nos faltar a organização econômica na agricultura nacional, os produtos quando logram chegar aos centros de consumo, já vêm de tal forma onerados que pouco ou nenhum lucro proporcionam ao produtor.

No caso do Brasil, seria necessário que, do trabalho da terra, resultassem rendimentos compensadores porque, do contrário, a atividade econômica geral tenderá a decrescer. E outro não é o motivo pelo qual se diz que o segrêdo da verdadeira politica econômica reside no aumento da produção e no seu aperfeiçoamento e organização para preparar lucros. No modo de encaminhar êsses lucros é que residirá o aumento da capacidade produtiva do País e o bem estar da sua população.

Do jôgo sábio de todos êsses fatores, tanto os que se relacionam com a produção como os que se referem à circulação e ao consumo; da orientação que se lhes der, segundo os interêsses nacionais, é que poderá vir a verdadeira grandeza econômica do Brasil.

Importante acontecimento na Indústria Mundial

Fusão de duas das mais importantes companhias de maquinário agrícola, a MASSEY-HARRIS CO. LTD. e FERGUSON CO.

Repercutiu grandemente, em todos os circulos econômicos, financeiros e agricolas da América do Norte, a noticia publicada na imprensa norte-americana a respeito da unificação de duas das maiores emprêsas fabricantes de maquinário agricola: a tradicional companhia canadense-americana Massey-Harris Co. Ltd. e a firma britânica Harry Ferguson Co.

Os pontos mais importantes do acôrdo entre aquelas duas conhecidas organizações foram levados ao conhecimento do público através de declarações conjuntas do Mr. James S. Duncan, Presidente da Massey-Harris Co. Ltd. e o Presidente das firmas que levam o nome Ferguson. Aquelas duas organizações de extensão mundial chegaram a um acôrdo para operar, daqui por diante, sob a denominação de "Massey-Harris Ferguson Ltd.".

A união dos interêsses de Harry Ferguson Co. — cujos tratores equipados com sistema revolucionário "Ferguson" de controle hidráulico dos implementos e que traçaram novos rumos no mundo agricola — e a centenária Massey-Harris Co. — a pioneira da introdução da colhedeira automotriz em todos os paises triticultores, de espetacular expansão e progresso nos últimos anos — constitui provàvelmente a noticia mais importante do século, no setor da indústria de máquinas agricolas. Essa fusão não só amalgamará duas progressistas Organizações, cada uma das quais trouxe uma contribuição sem precedentes para a Agricultura e estabeleceu um padrão para tôda a indústria, como também reunirá suas organizações de âmbito mundial. As duas firmas possuem, conjuntamente, cinco fábricas nos Estados Unidos, cinco no Canadá e ainda outras na Inglaterra, França, Escócia, Alemanha e Africa do Sul.

Um dos fatores que influenciaram grandemente essa amalgamação, foi o fato da Harry Ferguson Co. — detentora de numerosas patentes avançadas para equipamento agricola — ter proporcionado à Diretoria da Massey-Harris Co. Ltd., o conhecimento de todos os detalhes das suas novas invenções e das mais recentes patentes amparadas por todos os registros oficiais mundiais. Devido à natureza complementar das duas organizações, espera-se, com êsse acôrdo, uma maior expansão de suas operações no setor agricola mundial, tanto no que concerne à manufatura como nas vendas.

A nova organização terá como presidente Mr. James S. Duncan, o qual ficará incumbido da administração e da politica geral, enquanto que Mr. Harry Ferguson ocupará a posição de "chairman", com a responsabilidade de tôda a orientação técnica, inclusive da introdução do sistema "Ferguson" aos produtos da nova companhia. Sem dúvida, a união dessas duas dinâmicas empresas proporcionará à agricultura mundial a mais valiosa combinação de recursos humanos e materiais tão necessária para a solução de um dos magnos problemas da humanidade, que é o da alimentação.

A amalgamação da "Massey-Harris Co. Ltd." e da "Harry Ferguson Co." será feita mediante a transferência, para a primeira das companhias, de tôdas as ações das companhias Ferguson atualmente em operação, sendo que em compensação a Massey-Harris emitiu ações num valor equivalente.

Mobilização da classe rural

A agricultura será sempre a fonte perene de todos os nossos recursos. Entretanto, as condições sociais e econômicas da produção agro-pecuária experimentaram modificações profundas nos últimos anos.

A mais elementar prudência aconselha volvermos sem perda de tempo a atenção carinhosa para aqueles que, isolados dos centros civilizados, vivem do labor da terra.

No complexo das condições que formam a atividade brasileira, dentro do panorama do mundo convulsionado, devemos traçar **seguras diretrizes da nossa política agrária**. Essas diretrizes terão que resultar do conhecimento profundo do meio social-econômico de cada região do país. O Brasil oferece, nesse particular, vasto campo para investigações.

Assistimos por vêzes a produção dos campos não se desenvolver em ritmo acelerado ou mesmo decrescer, o que se deve atribuir ao fato do **esfôrço de produzir não ser devidamente remunerado**. É fenômeno curial entre nós, mesmo nas proximidades dos grandes cêntros de consumo, os produtos agro-pecuários serem oferecidos por preços irrisórios ou não encontrarem colocação e isso acontece pelo fato de **reinar a desordem nos mercados distribuidores**.

Desconhecemos o custo-produção das múltiplas manifestações do trabalho nacional, muito **principalmente na agricultura**, resultando desse acontecimento a estagnação das fontes produtoras. A sobrecarga de impôsto e fretes é de tal ordem **que pouco ou nenhum lucro pode alcançar o produtor rural. A verdadeira política econômica terá de residir no aperfeiçoamento e organização da produção, qualquer que seja, para propiciar lucros.** Do modo de encaminhar êsses lucros derivará a **capacidade produtiva do país, trazendo o bem estar das populações rurais e citadinas.**

Ao poder público compete contato estreito com as classes rurais, procurando remediar as dificuldades que as assaltam, prevendo eventualidades que possam comprometer a evolução econômica do país.

O Brasil sempre teve na agricultura a base da sua riqueza. Admite-se havermos entrado no **ciclo industrial**. Se tal fato pudesse ser verdadeiro, não deveríamos ver a **agricultura relegada** a plano secundário ou descuidada da atividade dos brasileiros. Grave êrro estaríamos cometendo se tal circunstância pudesse sobrevir. **A firmeza da economia nacional residirá, antes de tudo, no aproveitamento dos recursos potenciais fundados na riqueza agrícola, animal e mineral.**

Carecemos, é certo, das chamadas **indústrias de base**, para que possamos aproveitar convenientemente nossos recursos naturais e, principalmente, as nossas **matérias primas** contidas no vasto território nacional.

Não é na **fase industrial intensiva** que os povos podem alcançar o desejado enriquecimento e bem estar social. No caso do Brasil, por exemplo, teremos que considerar o sentido **de sua civilização**. É um país de grande território, em que a **agricultura pode desenvolver-se vantajosamente, em vários climas.**

A agricultura, a pecuária, e a mineração representam fôrças valiosas que, conduzidas com segurança, devem proporcionar elementos fundamentais de nossa riqueza, constituindo **bases seguras para a industrialização moderna**. Precisamos promover a **industrialização, mas de modo equilibrado, de mãos dadas com as outras atividades nacionais, sem esquecer, acima de tudo o desenvolvimento do mercado interno, a mais sólida garantia do progresso e da grandeza nacional.**

Na grande massa da população que vive no interior do país, de baixa capacidade aquisitiva, vivendo no desconforto, é **onde reside o mais grave problema sociológico e econômico do Brasil.**

Feito o confronto desconcertante do nível de vida entre os habitantes das cidades e das populações rurais, depara-se-nos a gravidade de uma intensa industrialização citadina.

Qualquer programa de govêrno terá que atender no complexo de causas **econômicas, financeiras e sociais** que recaem sôbre a agricultura brasileira, estudo a se realizar mediante pesquiza nas próprias zonas produtoras.

Em vastas extensões do território nacional prevalece o primitivismo dos métodos de exploração das riquezas naturais. Nelas se terá de aplicar métodos econômicos, agrícolas e industriais adequados, de modo a se crearem valores econômicos e humanos, e, portanto, civilição. O potencial de riquezas, adormecidas ou mal exploradas, exigirá **programas definitivos e coordenados**, em que o fator industrial terá papel estabilizador de indubitável valia econômica e social. Só assim, poderemos incorporar à economia nacional extensas regiões abandonadas ou mal exploradas.

Diz-se que o Brasil sofre de crise de produção. É uma afirmativa que não deve ser levada a conta da incapacidade do nosso denodado povo para trabalhar e produzir. Ha séculos vem demonstrando o contrário, em oportunidades graves da vida nacional, desde que não falte a justa remuneração aos trabalhos, visando agricultor e criador brasileiros.

A última guerra mundial evidenciou graves falhas no abastecimento do mercado interno por falta de meios adequados de transporte e armazenamento, e só poderão ser vencidas criando-se **zonas abastecedoras preferenciais**, em derredor dos grandes centros populosos, com a colonização territorial auxiliada pelo crédito agrícola, de modo a favorecer

a policultura na produção e distribuição pelo cooperativismo.

Está fora de dúvida que temos de colocar nossa agricultura em bases estáveis e proporcionar maior compensação econômica ao agricultor e criador. **É o Brasil o país detentor da maior área livre nas regiões tropical e subtropical,** necessitando organizar-se para enfrentar a concorrência de outras regiões onde o trabalho é mais barato, dispondo de mercados remuneradores.

Na hora presente, a **política agrária** está a exigir a atenção vigilante dos brasileiros por seus reflexos sensíveis na ordem social.

Em conseqüência das condições criadas pelos meios modernos de transporte, ficaram os povos aproximados e só podem vencer na concorrência os melhor organizados **técnica, financeira e econômicamente.** Causas múltiplas entorpecem a **renda agrícola per capita** no Brasil, podendo-se destacar: a falta de experimentação agronômica em maior escala; do ensino profissional agrícola, com centros de treinamento para ensino e fomento; do crédito agrícola pessoal e a juros no máximo de 4%, ajustado à condições do meio rural; do cooperativismo, que só nos últimos anos se tem desenvolvido; do aperfeiçoamento da padronização agro-pecuária; do estudo pedológico, conservação e fertilização dos solos; da irrigação; da necessidade da mais rápida substituição do trabalho manual pela mecânização, de modo a elevar-se a capacidade de **per-capita** do agricultor; do aperfeiçoamento dos métodos de beneficiamento e conservação dos produtos agro-pecuários; do desenvolvimento da técnologia agrícola aplicada; do reflorestamento intensivo; da defesa sanitária vegetal e animal; da estatística agrícola em moldes seguros; do aperfeiçoamento e defesa dos rebanhos; enfim, faltanos ainda uma organização que, **ajustada as realidades das várias regiões produtoras, garanta a prosperidade econômica do país, sem a qual não haverá boa situação financeira e social.**

É à agricultura que cabe resolver o problema do pauperismo de que tanto se fala no mundo; é ela, que, por êsse motivo, em todos os tempos, **constituiu a preocupação máxima da humanidade e dos governantes.**

Historiando a presença da fome no mundo, Semjenow mostrou que a mesma só tem ocorrido onde **a classe rural vive mergulhada na ignorância.**

Enquanto os povos primitivos atribuiam a causas supersticiosas os males que lhe advinham da pobreza das colheitas, os povos cultos graças à ciência, encontram na **técnica agronômica os meios de alcançar a abundância e a prosperidade. Êsse foi o milagre das escolas agronômicas e da difusão do ensino profissional agrícola.**

A profecia feita por Malthus de fome na Europa não se realizou graças a Liebig, grande gênio da ciência, que tornou possível a adubação mineral, com o aproveitamento das terras pobres; como, mais tarde, com as descobertas, que veio dar origem à **genética,** ciência **maravilhosa** que nos veio assegurar o melhoramento das plantas e dos animais para produções econômicas.

Coube, assim à ciência e ao ensino técnico proporcionar os meios de, sem destruir a **fertilidade das terras,** conseguirmos o abastecimento das populações humanas. O que acontece nos países velhos, com suas populações em crescimento e garantidas da fome, também com maior garantia nos países novos, onde a ciência agronômica torna possível sejam resolvidos os problemas das produções vegetal e animal com garantia para os abastecimentos humanos.

É na produção dos campos que encontraremos os alimentos com que acudir às populações, robustecendo a nacionalidade.

A frase de Napoleão de que "os exércitos marcham sôbre estômagos" tem hoje significação para as nações livres.

Não poderá o Brasil, nunca, representar um povo subnutrido em país rico. Para que tal não aconteça, **a terra precisará produzir, econômicamente e sem perda de sua fertilidade** e sem a destruição de suas florestas.

A mobilização dos campos, com a classe rural agora organizada, constitue um imperativo da hora que atravessamos.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO DA CLASSE RURAL EM 1953

★ **19 Federações Estaduais**

★ **976 Associações Municipais**

★ **Cêrca de 200.000 lavradores e criadores associados (sob o regime do decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945)**

—————:|:—————

Fundar associações rurais é dever de todo municipe amigo do seu rincão e zeloso das suas responsabilidades na vida do país.

Apelo aos empregadores

ZULFO DE FREITAS MALMAN
(Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro)

Três fôrças nos destinos na Nação: — EMPREGADORES — EMPREGADOS — GOVÊRNO.

EMPREGADORES — Esta classe cujos componentes vivem em luta constante entre si, luat esta pela conquista do mercado, não atenta para a situação alarmante que ameaça a sobrevivência da sua coletividade. O integrante da classe patronal, dada a eterna competição que resulta na procura de maiores lucros e, consequentemente, na conquistada clientela do seu concorrente, não vê, ou não deseja compreender, os problemas vitais do seu grupo, problemas que vão sendo acumulados e, um dia, originarão a ruína dessa mesma classe e a sua própria.

A regra geral, neste setor, é o individualismo. Cada um quer sòmente cuidar de si; o seu maior desejo é eliminar o seu concorrente o mais depressa possível. Assim vivemos e continuamos a viver.

A indústria não se liga ao comércio e a lavoura não tolera ambos.

Os líderes, os dirigentes dos orgãos de classe da indústria, comércio e lavoura, cada um isoladamente, traçam a sua política, sem examinar e ajustar entre si uma ação conjunta na luta pelos ideais e solução das questões comuns. Bem ao contrário, vivem se hostilizando! De tudo isso resulta o agravante dos problemas que afligem a classe patronal, originando, ainda, entre os seus componentes, o desânimo, a descrença e a deserção. Eis a razão por que se encontram, na classe patronal, desarticulação, falta de união e de espírito associativo, desagregação, individualismo e luta isolada improdutiva. O que impera neste grupo é quase o lema: — Cada um por si e ninguem por todos.

EMPREGADOS — Não existe neste setor a competição, o terror da concorrência. Se perguntarmos a um operário se êle teme a concorrência do seu colega de profissão, mostrará surpresa, pois nunca tal receio lhe passou pela mente. A única coisa que preocupa é procurar o seu sindicato para conseguir do patrão aumento de salário ou qualquer outra melhoria de vida.

Aqui está a razão pela qual o movimento de sindicalização dos empregados, em nosso país, está crescendo dia a dia, fortalecendo-se cada vez mais os seus orgãos de classe.

Encontra-se, assim, no meio dos empregados, aglutinação dos seus componentes em tôrno da sua associação classista, formando uma frente única na defesa dos seus objetivos.

Dêste modo, constitui a classe dos empregados um bloco coeso e forte, com grande poder combativo e recursos amplos para enfrentar a luta em busca de soluções para os seus casos, e o resultado desta ação sentem diàriamente os componentes da agremiação de classe dos empregados, com a obtenção das vantagens que pleiteam. É claro que assim acontecendo, esta classe só pode crescer, aumentando cada vez mais o seu prestigio, o que lhe permite impor condições à sua congênere dos empregadores.

GOVÊRNO — Flutua esta fôrça entre as duas classes, procurando prestigiar a mais forte, aquela que lhe poderá apoiar e, assim, o Govêrno corteja a classe forte, procurando fazer uma política que seja favorável a esta.

Eis o clima existente no Brasil, onde atuam três fôrças:

A classe dos empregadores, possuindo um nível mental mais elevado, detentora do poder econômico que é uma fôrça monumental, está sendo conduzida e manobrada pelo grupo do sempregados, onde o nível mental não é tão elevado.

Por que ocorre isso?

Pelo simples fato da desagregação do setor dos empregadores. Não há nele espírito associativo. Cada componente deseja defender apenas o seu, só o seu, não lhe interessando a coletividade. Se paga alguma contribuição, evita, contudo, comparecer às reuniões do seu grêmio classista, pois "Time is money". Só procura o seu sindicato quando uma dificuldade molesta a vida da sua organização particular. Aí, sim, se fôrnecessário, dará em defesa de sua emprêsa, quantias fortes, enquanto nada oferece para os assuntos da coletividade do seu ramo de trabalho. Nem sequer lhe interessa a vida do sindicato de sua categoria econômica. Não pensa ou não quer pensar que, uma vez reunido em tôrno do seu sindicato, maior fôrça emprestará a êste orgão e que poderá, assim, melhor defender os interêsses coletivos, o que, certamente, refletirá no resguardo do patri-

mônio de sua emprêsa, de forma mais eficiente e econômica.

É curioso observar que as organizações da classe patronal são mais pobres de recursos financeiros do que as da classe dos empregados. Em contra-partida, o setor dos empregados possui nivel mental menos elevado, entretanto, os recursos disponiveis lhe permite obter elementos de escol para ajudá-lo na luta que empreende em defesa de suas causas. Os orgãos sindicais dos empregados formam uma unidade combativa de grande eficiência, tão eficiente que o Govêrno lhe dá tôda a atenção e mesmo o cortejo. É tão verdade o que ora afirmamos, que sentimos nós, da classe patronal, diàriamente, o efeito do poder desta.

Enquanto assim procedem os orgãos classistas dos empregados, trabalhando unidos, nós os Empregadores só conhecemos em nossas agremiações sindicais — Indústria, Comércio e Lavoura — a desarticulação. Somos uma fôrça considerável, inteiramente dispersa, perdendo cada dia que passa o nosso prestigio. Lutamos esm unidade. Se um orgão classista dêste ou daquele ramo de atividade combae para obter uma determinada medida, nunca é apoiado pelo seu có-irmão, sendo por vêzes talvez hostilizado. Procuram, sim, êstes orgãos, cada qual com mais empenho, atrair para si o apôio do Govêrno, muito embora tal apôio inconstante seja conseguido em detrimento dos seus có-irmãos. Não planejamos nos unir. O velho rifão "A união faz a fôrça" não tem aplicação na classe dos Empregadores; preferimos antes a desunião que produz a debilidade e a morte.

Se assistirmos a uma reunião sindical de empregados, poderemos constatar o desassombro, a combatividade e a ação que daquelas assembléias emanam. Nos conclaves dos empregadores, sentimos desinterêsse, displicência, procrastinação, quando não pusilânimidade e receio de dizer puplicamente ao Govêrno a verdade, medo de perder um prestigio que já não existe.

Se a classe patronal quiser subsistir e não sucumbir dentro de poucos anos, é necessário se arregimentar, tornar-se coesa e com unidade de ivsta constituir um só bloco, cerrando fileiras para a defesa dos interêsses coletivos da indústria, comércio, lavoura, luta pela sobrevivência que já é precária.

É necessário que os dirigentes das organizações sindicais do gráu máximo dos empregadores acertam medidas exatas e, assim, poderemos conquistar os direitos e o prestigio que pertencem a esta atribulada classe. Só assim conseguiremos restabelecer o equilibrio na atuação destas três fôrças que impelem os destinos da pátria.

Só assim ficará a fôrça governamental entre a fôrça dos empregadores e a fôrça dos empregados, operando como fiel da balança, mantido sempre no centro e não pender só para um lado, como acontece hoje em dia. Componentes da classe patronal: cerrem fileiras em tôrno de seus orgãos sindicais, emprestem-lhes o prestigio necessário para que possam trabalhar em defesa dos seus interêsses que são também os interêsses da pátria.

E' preciso água para o homem do nordeste, agora

O PROBLEMA SECULAR DE MACAU — R. G. DO NORTE — SOLUCIONADO

F. GUILHERME STEINEMANN, E. I.

"Felix qui potuit rerum cognoscere causas".
VIRGILIO

Sentimo-nos impelido por um dever humano e pelo nosso feitio de servir, a colaborar na grande obra do incansável nordestino José Américo, atual Ministro da Viação, quando ele insiste em declarar na entrevista "Onde está a Água?": É minha ambição maior dar aos milhões de brasileiros da região das sêcas um pouco de esperanças, uma vida melhor".

A disposição de José Américo é clara e objetiva "fornecer água, obtendo-a através do represamento de rios, buscando-a nas reservas subterrâneas, POR TODOS OS MEIOS", e, ainda, "dezenas de outros poços serão abertos onde quer que se encontrem sinais da existência de lençois subterrâneos de água".

Expressões tão positivas de um estadista, são raras nos dias de hoje, e, por este motivo, não podemos deixar de apresentar uma colaboração com resultado também positivo, executada sob a base de uma ciência exata.

Como introdução queremos referir-nos a um artigo publicado numa semanário desta Capital há pouco, sob o título "Os Méritos e as Possibilidades da Radiestesia", artigo merecedor de maior publicidade, pelo seu cunho instrutivo, sob bases e fatos científicos, que afastam as dúvidas da ignorância e do ceticismo.

Pela falta de compreensão com que em geral, e, também, em especial, se encara esta ciência, podemos manifestar a nossa satisfação do acerto da verdade, pois, o citado artigo demonstra como o mundo oficial se comporta ao julgar o mérito da ciência radiestêsica, e o pouco caso ao enfrentar FATOS incontestáveis. Entretanto, "Veritas Semper Vincere".

A Radiestesia é uma ciência exata, e, aplicada nas pesquisas em procura de água potável, tem demonstrada em muitos países, milhares de pontos positivos para o assentamento da sonda, ou para a abertura de poços. Ainda indica em números bastante aproximados a profundidade, o volume e, até, a qualidade da água existente no subsolo.

Senão, vejamos o caso recentemente ocorrido nas terras do Nordeste, sêcas e calcinadas por uma estiagem de 4 anos, e mais de 5 anos com pouca chuva. Encontra-se a documentação em nossa redação, para quem quizer verificar a autenticidade:

(As armas da República) Ministério da Fazenda.

Mesa de Rendas Alfandegada em MACAU — R. Grande do Norte

Telegrama — TM5 n.º 159, de 4.11.53.

OFICIAL URGENTE

Dr. Getúlio Vargas	Presidente da República
Dr. João Café Filho	Vice-Presidente da República
Dr. José Américo	Ministro da Viação e Obras Públicas
Dr. João Cleofas	Ministro da Agricultura
Dr. José Augusto	Vice-Presidente da Câmara dos Deputados

RIO — DF

"Após decênios de pesquisas infrutíferas procura líquido precioso, cruciante, secular, magno problema macauense acaba ser solucionado pleno sucesso, com desco-



Trabalhadores nas pesquisas de água no sub-solo em "Varzea Cercada" — Macáu, Rio G. do Norte, em 4-11-53.

berta água doce potável pelos competentes técnicos alemães engenheiros Arnold Brune et Guilherme Steinemman, residentes Capital Federal, financiados Paulo Ferraz, diretor Companhia Comércio Navegação. Pesquisas revelaram extenso lençol subsolo cerca quinze quilômetros comprimento, profundidade média quinze metros, distante cidade somente vinte quilômetros, localizado fazenda Varzea Cercada, margem rio Amargoso. Verdadeiro acontecimento que trará indubitavelmente reerguimento culturas diversas grande região calcinada sêcas, constitui mesmo tempo garantia progresso cidade Macau, com base futuras indústrias, reinando grande contentamento população. Os signatários testemunharam in-loco a existência precioso líquido e esperam de vossência a cooperação necessária para a execução final do serviço de abastecimento. Saudações José Ferreira Macedo — Prefeito; Alfredo Teixeira Souza — Presidente da Câmara; Francisco Pereira Nobre Sobrinho — Juiz Direito; Aderbal



Comissão oficial que verificou a existência de água no sub-solo em 4-11-53 na fazenda "Varzea Cercada" — Macáu, Rio G. do Norte.

Camara França — Administrador Mesa Rendas Alfandegada; Monsehor Joaquim Honorio Silveira — Vigário da Paróquia; Dr. José Augusto Varela — Ex-governdor Estado; Albino Gonçalves Melo — Ex-Prefeito; Luiz Xavier Costa — Vereador; Leão Filho — Tabelião Público".

Pela clareza dos termos e da documentação, afasta-se qualquer dúvida ou laivo de charlatanismo.

A ciência aplicada aos trabalhos de pesquisa da água potável foi a RADIESTESIA.

Entretanto, "essas vitórias são publicadas nos jornais — quando o são — em linhas muito rápidas" diz a citada revista; o mesmo aconteceu com esta vitória, obtida nas terras áridas do Nordeste!



Secular cemitério de Macáu — Rio G. do Norte, destruído pela invasão do mar e de areia.

Quantos quadros dantescos, que se apresentam anualmente nas nossas terras do Norte poderiam ser eliminados? Quantas famílias poderiam ser socorridas e as suas criações salvas? Terminariam as tristes caravanas de retirantes nordestinos em busca de terras do sul; continuariam calmamente em suas terras onde lhes nasceram os filhos.

Já não queremos falar nas enormes somas que a administração do País gasta anualmente com obras de socorro, apelando-se, até, para a caridade pública.

Mas, a técnica até agora seguida acha-se amarrada aos cânones pre-estabelecidos, e não pode livrar-se deles, sem causar sérios choques aos seus defensores.

Recuando um pouco no tempo verificamos, que não é de hoje que as leis, que regem o universo, vem sendo objeto de estudo e investigação por parte de cientistas e sábios, mal compreendidos em seu tempo, e, muitas vezes, perseguidos e condenados.

Assim lembramo-nos, por exemplo, de Galileu, Copérnico e Kepler, com seus valiosos estudos referentes ao cosmo; ainda recordamos de Leibnitz, Newton, Mesmer e Goethe, que estudaram as leis da gravidade, das irradiações das côres, do fluido magnético, das vibrações do som e de outras.

O eminente sábio e cientista italiano Ernesto Bozzano, explica com lógica certos fatos ocorridos, e controlados por outros cientistas em suas investigações das fôrças cósmicas invisíveis, da seguinte maneira: "A propriedade conhecida e de controvertida origem, que tem os seres animados e as coisas inanimadas, de revelarem a sua propriedade histórica, assim como panoramas cósmicos, geológicos e,

até, pre-históricos, como, ainda, a vida intrínseca de minerais e plantas, quando postos em contato com um aparelho receptor ultra sensível".

Devemos mencionar, como um fraco paralelo, os aparelhos que registram de longas distâncias, com muita minúcia, os abalos sísmicos.

Voltando à ocurrência de Macáu, não podemos deixar de recordar os inúmeros engenheiros e geólogos, nacionais e estrangeiros, que passaram naquelas terras pesquisando e perfurando poços tubulares (ver apontamentos do DNOCS).

Conforme a estatística até 1946, pode-se concluir, que, em média, foram abandonados como imprestáveis, mais de 50% dos trabalhos executados nos Estados do Nordeste; de 228 Municípios apontados, 87 deles apresentavam mais frequentemente água salgada, salobra e pesada, conforme a classificação adotada pelo serviço oficial. Estes apontamentos incluem os Estados de Maranhão até Bahia.

Pelos números expostos, poderá o leitor imaginar a vida adversa, difícil de descrever, que o nosso bravo nordestino tem de suportar, e a justa razão de seu clamor, que até hoje não encontrou o devido eco.

Entretanto, surge agora um raio de esperança com boa perspectiva de tornar-se uma dia realidade, isto é, a redenção de todo o Nordeste do flagelo das sêcas.

Senão vejamos o seguinte: O atua Govêrno, em boa hora, incumbiu o competente economista dr. Rômulo de Almeida de fazer os estudos e organizar um aparelhamento eficaz para resolver o grave problema dos Estados do Nordeste, fundamentalmente abalados em suas economias pelas sêcas, tanto na agricultura como na indústria.

Surgiu, assim, a organização do "Banco do Nordeste", com sede em Fortaleza, sendo o seu primeiro presidente o próprio Rômulo de Almeida.

Vem agora dos E.U. da América do Norte através da United Press a transmissão de sua entrevista, referente à ação futura do Banco do Nordeste, e observamos, assim, a objetiva e marcante atuação que Rômulo de Almeida pretende imprimir nas realizações do Banco como seu presidente.

Diz ele, por exemplo, em sua entrevista: "O problema geral do Nordeste do Brasil será resolvido por meio da organização econômica e agrícola da região. O Banco do Nordeste será o instrumento de ambas".

E com respeito à irrigação complementada, disse: "Que se aproveitarão as águas dos rios S. Francisco, Parnaíba e Contas, e, também, as águas subterrâneas que existem em algumas zonas".

Queremos crer que a eficiente aplicação da Radiestesia no campo de pesquisa e localização de águas subterrâneas — lençois — poderá auxiliar muito, pois, evita a perda de tempo e dinheiro em sondagens infrutíferas, como tem acontecido, e ainda acontece, utilizando a técnica até hoje empregada.

O caso de Macáu é uma demonstração objetiva e insofismável desta acertiva.

Para finalizar a nossa apreciação referente ao Mérito da Radiestesia, citaremos um grande benfeitor da humanidade, quando dizia:

> "Em tudo isto, não se trata de religião, nem de filosofia, nem de ateismo, nem de materialismo, nem de espiritualismo.
> É uma questão de FATO".

PASTEUR

Uma demonstração de pujança e vitalidade da classe rural

O QUE FOI A SEGUNDA CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA, IMPORTANTE CONCLAVE PROMOVIDO PELA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, REUNIDO EM CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NO PERIODO DE 6 A 10 DE DEZEMBRO DE 1953

ESPECIAL PARA "A LAVOURA", PELO PROF. GERALDO GOULART DA SILVEIRA, DELEGADO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA.

GENERALIDADES

De acôrdo com o estabelecido na Primeira Conferência Rural Brasileira, reunida em Setembro de 1952, no Distrito Federal, sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira, entidade máxima representativa da classe rural, realizou-se êste ano, em Curitiba, Estado do Paraná, que está comemorando o seu centenário, a Segunda Conferência Rural Brasileira, no período de 6 a 10 de Dezembro.

O conclave, que decorreu em um sadio ambiente de intensa vibração, grande cordialidade e propósito de bem interpretar os anseios daqueles que se dedicam à agricultura e à pecuária, foi uma demonstração frizante da pujança e vitalidade da classe rural.

Na palavra de seus líderes, delegados das diversas Federações de Associações Rurais, pôde a classe, de viva voz, debater os seus problemas e apresentar aos poderes constitituidos, oportunas recomendações e indicações que, postas em prática, concorrerão sem dúvida, apra proporcionar àqueles que se dedicam às atividades agro pecuárias, um mínimo do que necessitam a fim de que, pelo seu trabalho profícuo e patriótico, concorram cada vez mais para a estabilidade de nossa economia em bases sólidas e seguras.

É indispensável, portanto, que os poderes públicos levem na devida consideração os justos anseios da classe rural, sintetizados nas conclusões do referido conclave.



Visita ao governador Munhoz da Rocha. Fala o sr. Alkindar Junqueira, Presidente da C. R. B. e da II Conferência Rural Brasileira.



Sessão de encerramento, sob a presidência do sr. Secretário da Agricultura do Paraná. Discursa o sr. Josaphá Macedo, Presidente da F.A.R.E.M.

INSTALAÇAO DO CONCLAVE

A sessão inaugural de instalação do Segunda Conferência Rural Brasileira, organizada pela Federação das Associações Rurais do Estado do Paraná, por delegação da Confederação Rural Brasileira, teve lugar ás 17.30 horas do dia 6 de Dezembro, no Salão Nobre do Colégio Estadual do Paraná.

A mesa, presidida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, tomaram parte, os Srs. Rubens de Melo Braga, Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado do Paraná, José Luiz Guerra Rego, Prefeito de Curitiba, Paulo Fernandes, Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Alkindar Junqueira, Presidente da Confederação Rural Brasileira, Sylvano Alves da Rocha Loures, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Paraná, Dr. João Maurício, representante do Ministério da Agricultura e Camara Filho, Secretário da Agricultura do Estado de Goiás.

Encontravam-se presentes, à referida sessão, as delegações das Federações das Associações Rurais dos Estados de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e Sociedade Nacional de Agricultura, integradas por delegados e assessores técnicos, o Prof. Joaquim de Matos Barreto, Presidente da Fundação da Casa Rural do Estado do Paraná, Dr. Ostoja Roguski, deputado federal, Cel. Euclides Silveira do Vale, Chefe da Casa Militar do Palácio do Governador, Tenente coronel Custódio Raposo Neto, sub-chefe da referida Casa, Adherbal Stresser, Secretário da Câmara de Expansão Econômica, jornalistas, agrônomos, etc.

Falaram durante a sessão de instalação:

a — O Governador do Estado, Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, cujo discurso transcrevemos adiante;

b — O deputado federal Iris Meimberg, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estodo de São Paulo;

c — O Dr. Sylvano Alves da Rocha Loures, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Paraná;

d — O Dr. Alkindar Junqueira, Presidente da Confederação Rural Brasileira.

DISCURSO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, DR. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO

Pela sua oportunidade e objetividade, transcrevemos a seguir, o magnífico discurso do Governador do Estado do Paraná:

"Ao encerrar esta sessão de instalação da II Conferência Rural Brasileira, quero, como Governador do Estado, apresentar minhas saudações, muito cordiais, a todos os congressistas brasileiros, que vêm a Curitiba, vêm ao Paraná, nesta reunião de objetivos tão altos e, aproveitando a oportunidade para comungar com a nossa alegria, com a nossa grande alegria, quando comemoramos o primeiro centenário de nossa Província.

Os nomes ilustre que aqui se reunem, nome de grandes autoridades nos meios ruralistas do Brasil, tornam esta II Conferência Rural Brasileira de uma grande responsabilidade e fazemos sentir a honra com que, nós, paranaenses, recebemos esta reunião.

Quero agradecer as palavras de saudação de Iris Meinberg ao Paraná e é muito eloquente que a saudação tenha sido de um mineiro de São Paulo. Isso mostra bem a unidade social_econômica de dois Estados. A êle quero dizer, que, em 1950, o Paraná possuía 150 mil mineiros e 360 mil paulistas, 30% da população de brasileiros no Paraná, não eram paranaenses. Assim foi que me referi sempre, a esta hora que estamos vivendo; nós, brasileiros do Paraná. Ainda neste caso nós mantemos, no Paraná, a nossa herança paulista. Fui batizado em Cornélio Procópio, como tropeiro de Sorocaba, porque aludi lá a minha ascendência paulista; de fato, descendo dos sorocabanos, que, no fim do século XVII, vieram fundar Curitiba. Somos, nós do Paraná um desdobramento psicologico social, politico e humano de São Paulo. E êsse desdobramento se acentuou recentemente com o ciclo cafeeiro que atingiu o Paraná. Devemos aos mineiros o início do ciclo cafeeiro do Paraná. Isso, foi em 1868 e data dessa época o plantio dos primeiros cafeeiros longe da orla litorânea. No litoral o café é muito mais antigo e teremos hoje, ainda cafeeiros de mais de cem anos, no litoral paranaense. Mas, em 1868 a fundação de Tomazina, uma iniciativa do mineiro de Itaiuba, Thomaz Ferreira da Silva que, quando ainda a glória cafeeira do Brasil pertencia ao vale do Paraíba, êle atravessou São Paulo, ainda deserto de café, e veio se fixar ao sul do norte do Paraná, talvez no ponto meridional mais extremo da zona especificamente cafeeira do Paraná. Mas, só de poucos anos a esta parte o café tomou conta do Paraná. Nós possuímos aqui duas regiões geo-econômicas, completamente distinta — uma em que a geada é um prêmio; a outra em que a geada é um castigo. E à agricultura tradicional do Paraná foi a agricultura dos três estados do sul. Um tipo de agricultura que só se efetiva no Brasil, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A cultura dos climas temperados e sub_temperados da lavoura do subsistência, auxiliada e impulsionada pelos imigrantes europeus com a sua pequena propriedade, com seus pequenos sítios. É que êles realizaram e que trouxeram da Europa os mesmos hábitos de conservação e recuperação da terra. Essa recuperação era auxiliada pelo fator clima. Não tínhamos nesse ciclo histórico da agricultura paranaense, uma lavoura extensiva e intensiva, a produção de um grande artigo de exportação e organizado, aceito no mercado internacional, como é o café. A nossa lavoura era de subsistência. O ciclo cafeeiro veio modificar até, o estilo paranaense de vida. Tivemos que nos adotar a essas novas exigências, não paranaenses, mas brasileiras, do café. E tôdas as vêzes em que falo nos lavradores de café de meu Estado, bato na mesma tecla: na conservação do solo, pedindo que aproveitemos um pouco da experiência do passado, do passado fluminense, mineiro e paulista, afirmando que é muito melhor, e muito mais patriótico, mas, — para falarmos numa linguagem objetiva, — de interêsse econômico, muito mais econômico, conservar a terra do que recuperá_la.

E é preciso que fazendo convergir tôdas nossas fôrças nesse sentido, evitemos o descalabro que tem acontecido no Brasil, com o deslocamento da produção.

Os congressistas, que são técnicos no assunto, poderão calcular o que tem custado, à economia nacional, o deslocamento da produção cafeeira, quando a produção está organizada, com tôda sua série quase infinita de exigências, como o transporte ferroviário, como o armazenamento, como o crédito, se desloca, vai para o sertão e então tôda a economia nacional desmorona, e a produção, então, se vai processar numa região econômicamente desorganizada, onde, então, se exige a inversão de grandes capitais para que haja transportes, para que haja armazenamento. Êsse deslocamento, sucessivo, é evidente, não pode continuar; estamos próximos do rio Paraná, próximos de Mato Grosso, depois... não é mais Brasil. Temos, assim, que concentrar tôdas as nossas atenções na conservação da terra, para que a geração atual possa dar às gerações que nos vão suceder, aquilo que é comum no mundo europeu: a perpetuidade da terra produzente. Isso, nós temos no Paraná, na zona agrícola da cultura de subsistência. O nosso pequeno lavrador não pensa em esgotar a terra, para ir para diante; não, êle está definitivamente fixado à sua gleba. Mas, a onda cafeira o ciclo cafeeiro, trazendo êsse ertraordinário desenvolvimento trouxe também esta angustiada, esta melancólica e esta sofrida experiência que os homens do café carregam consigo: o esgotamento da terra. É claro que é do supremo interêsse do Paraná que a onda cafeeira pare no Paraná. Mas é, sobretudo, do interêsse do Brasil que ela pare, para que quando, daqui, há uns anos, num período que calculo em 10 anos, a economia paranaense do café esteja perfeitamente organizada a produção não se desloque e não se desloque de maneira espetacular, desorganizando-se novamente.

Tenho confiança na experiência e na tradição do cafeicultor, e temos no Paraná os grandes proprietários de fazendas, paulistas, mineiros, e fluminenses de paranaenses que não tinham a tradição do café, mas que agora adotaram essa tradição, — e fazendeiros de outros Estados também vieram aqui aprender essa tradição — e que essa experiência seja, de fato, utilizada. É aqui muito satisfatório, para o Govêrno do Estado, para o Paraná, quando somemoramos o nosso centenário, que se reuna aqui uma conferência rural brasileira. O Paraná está dando, neste momento, no Brasil, uma lição extraordinária porque aqui, ao contrário do que se dá na maioria dos Estados brasileiros, não há êxodo das populações rurais para as cidades. Pelo contrário; homens de atividades urbana, homens de várias gerações, vão hoje fazer lavoura, porque essa lavoura é econômicamente, muito reprodutora. Essa deve ser a grande lição tirada neste momento do Paraná, quando o meio rural, com a utilização da técnica moderna, recompensa, fartamente, o trabalho agrícola. Não é preciso, nenhuma propaganda, nenhuma propaganda acadêmica, pintando os males da vida urbana, os seus



Aspecto da sessão de instalação da II Conferência Rural Brasileira, quando falava o Dr. Alkindar Junqueira, Presidente da Confederação Rural Brasileira.

artifícios, para que, então o homem vá para a vida agrícola; não é preciso que, abstratamente, se pinte a atividade rural como a atividade mais nobre do homem, não é preciso dizer que nenhuma civilizanão subsiste quando não é uma grande civilização agrícola; não é preciso pregar, a "marcha para o oeste" — os homens vão quando suas atividades são bem recompensadas. Êste o exemplo sue o Paraná, neste instante, está dando a todo o Brasil, neste momento do nosso Centenário. O atual Govêrno do Estado tem a consciência dêste momento, e veio então ao encontro da exigência do meio agrícola, das atividades rurais, atendendo, através da sua Secretaria de Agricultura, ampliar de maneira notável, a atividade de sua Secretaria de Ari_cultura, com a criação das Casas Rurais. A Casa Rural é a Secretaria da Agricultura funcionando dentro do Município. No entanto, estamos no início — temos uma infinidade de tropêços mas temos também a cooperação extraordinária dos paulistas que estão sempre dispostos a ensinar aos outros a sua própria experiência — vamos dando passos gigantescos nesse sentido. A Assistência ao Trabalhador Rural, fundação iniciada no meu Govêrno, vai também, vencendo a inércia, a grande inércia do começo, para realizar uma obra extraordinária e efetiva. E é interessante que na zona cafeeira, a zona da abundância, a zona econômicamente muito mais próspera, o índice de vida rural seja muito mais baixo do que nas zonas de cultura de subsistência. Aí está a tradição do elemento humano. Estamos atendendo o trabalhador, procurando incutir lhe a consciência da nobreza da vida agrícola. Estamos fazendo, iniciando em grande escala, no Brasil, com a colonização alemã, no grande planalto guarapuavano, planalto de 1.200 metros de altitude, planalto de uma temperatura média anual de 15 graus, — média anual igual e às vêzes inferior, a de certas regiões do sul da França — a cultura intensiva do trigo. Os campos de Guarapuava, que nunca foram semeados, estão hoje, produzindo trigo; trigo com o lavrador europeu que chegou agora ao Brasil. E o lavrador europeu tem para si que é um grande crime derrubar uma árvore, para plantar; vai plantar no campo. Isso é uma verdadeira revolução nos velhos hábitos paranaenses de lavoura. A planice e o campo permitem a mecanização da lavoura. O Paraná possuiu, hoje, a maior área de uma única cultura de trigo; nem o Rio Grande do Sul, que produz oito ou dez vêzes mais trigo, do que o Paraná, possuiu uma cultura só de quase três mil hectares, como na colônia alemã de Entre Rio, em Guarapuava.

Foi, portanto, muito oportuno que se reunisse, no Paraná, êste Congresso Rural Brasileiro.

Faço votos que, da troca de idéias, da exibição recíproca de vossas experiências, nasça alguma coisa de novo.

Há hoje, no Brasil, a consciência do problema agrícola. Isso, já é uma grande coisa. Não se pode resolver o problema sem possuir, acima de tudo a sua consciência; e essa consciência existe. Portanto, o caminho está aberto para as grandes realizações. Daí a satisfação do Governador de ver essa Conferência Rural Brasileira realizada em Curitiba, no nosso Centenário, quando mostramos, ao Brasil, um florescimento rural, talvez impar na história econômica do Brasil. O Governador do Paraná quer exprimir a satisfação de ver aqui todos os congressistas entre os quais tantos de São Paulo. Somos, de fato, como bem disse Iris Meinberg, um prolongamento de São Paulo, nesta região, sobretudo, na região cafeeira. Mas é todo o Estado que, cem anos depois da criação da Província, se mantém fiel à tradição paulista, à tradição bandeirante, àquele valor do homem bandeirante que andou brincando por todo o Brasil para desenhar as fronteiras nacionais; o bandeirante que foi ao Rio Grande lutar contra o castelhano; que foi a Pernambuco lutar com o holandês; que foi à Amazonia; que devassou o Brasil. Esse, é o mesmo espírito do brasileiro do Paraná, em 1953. E é com êsse espírito, com êsse alto espírito que as gran-

des civilizações se constróem. Dentro do pessimismo brasileiro, dentro da falta de objetivismo de nossas pregações, o Paraná surge como uma lição de otimismo realista. Passou, definitivamente, aquela fase de ufanismo, do velho ufanismo em que o Brasil era a maior parte do mundo porque tinha o maior rio do mundo. Não, nós hoje temos um grande otimismo consciente, porque sabemos que está nas nossas mãos fazer a sobrevivência do Brasil — êste congresso será a prova disso!"

Oração pronunciada pelo Dr. Alkindar M. Junqueira, Presidente da Confederação Rural Brasileira, na sessão solene de instalação da II Conferência Rural Brasileira realizada em Curitiba, Estado do Paraná, no dia 6 de Dezembro de 1953.

Sejam as nossas primeiras palavras as de efusivas congratulações da Confederação Rural Brasileira aos nossos irmãos do Paraná, na data em que se comemora o seu I Centenário como unidade da Federação. — Não precisamos fazer o elogio dêste novo e pujante Estado que se destaca não só pelo seu progresso material, mas também pelo que já representa no campo político, social, intelectual e econômico; fala mais alto que qualquer elogio a ininterrupta "corrida" de brasileiros de todos os Estados rumo ao já célebre "Norte Paraná" onde a miscegenação do elemento humano plasma uma raça ativa e empreendedora. — Foi em comemoração a êsse acontecimento tão auspicioso que decidiu a Confederação Rural Brasileira investir de amplos poderes a Federação das Associações Rurais do Paraná, a fim de que aqui, nesta linda e acolhedora Curitiba, se realizasse a II Conferência Rural Brasileira. — E, pelo que já nos foi dado vêr, certos estamos de que êste segundo conclave, que reune abnegados representantes de longinquos Estados, será mais um sucesso, representando um passo adiante na realização do programa que a Agricultura se traçou.

Recordamos aqui a existência, a 31 de Outubro último, de 18 Federações já confederadas, representando 873 associações e cerca de 130.000 associados, embora estejamos apenas no início de nossa vida federativa de classe.

Como agricultores sabemos o arduo trabalho que representa a faina agricola — o preparo da terra, o lanço da semente, o trato cultural, para enfim, termos a recompensa das colheitas que nos alentam. — O lavrador é um obstinado que, quando batido pela adversidade, ainda assim, luta e espera — porque sabe que a Terra que tanto amamos é Mãe dadivosa e bôa. — "Desalentados só são aquêles que não sabem se reconfortar à sombra da própria cruz", e que se esquecem de que "na semente mirrada cabe tôda a fartura de uma colheita."

Queremos, nesse passo, trazer, sobretudo aos arrojados cafeicultores do Sul e aos bravos agricultores do Nordeste, o nosso amplexo de solidariedade, pedindo a Deus que saiam vitoriosos, após o golpe que sofreram, respectivamente, da inclemente geada e da terrível sêca.

É da nossa unidade de ação que há de resultar a nossa fôrça, como bem o traduz o lema da nossa Confederação — "A UNIÃO PARA A VIDA".

Necessário é que saibamos, sem o sacrifício da nossa liberdade de ação e sem prejuizo de sermos os fautores de nossos destinos, — necessário é que saibamos manter, numa esfera elevada de pensamento e intenções, as nossas bôas relações com os poderes públicos bem como as demais Confederações que compõem conosco a expressão econômica do Brasil. — A economia brasileira é uma só e as diversas atividades — Agricultura, Indústria e Comércio — se completam e se valorisam reciprocamente, quando obedecem ao senso alto de bem servir ao Brasil.

A Confederação Rural Brasileira espera poder, no novo ano que se aproxima, trazer às suas federadas uma série de realizações que muito beneficiarão às Associações e aos agricultores arregimentados. Será o coroamento de uma luta e nessa luta, "ninguem se destaca, porque todos avançam".

Que a inspiração divina ilumine o espírito de cada um daqueles que vieram participar do nosso congresso e, assim, declaramos instalada a II Conferência Rural Brasileira.

SESSÃO PREPARATÓRIA

Na sessão preparatória, que se realizou ás 9.00 horas do dia 6, com a presença de numerosos delegados e assessôres, foram designadas as Comissões para emitirem os pareceres sôbre as teses apresentadas à Conferência.

As referidas Comissões ficaram assim organizadas:

1 — **Associativismo:**

Milton Freitas de Souza — Estado do Rio; Lauro Robeiro de Macedo — Paraná; José Ignácio Miranda Pereira — Paraiba.

2 — **Fomento:**

Manoel de Almeida Castro — Pernambuco; Rafael de Moura Campos — São Paulo; Lauro Fortes Bustamante — Santa Catarina.

3 — **Produção:**

Acrisio Figueiredo — Maranhão; Dario Ferreira Guarita — São Paulo; Jayme Canet — Paraná.

4 — **Economia:**

Amaro Cavalcante — Pernambuco; Felipe Rodrigues Siqueira Neto — São Paulo; Evaldo Saramago Pinheiro — Estado do Rio.

5 — **Legislação:**

Joaquim Camara Filho — Goiás; Roberto Furquim — Minas Gerais; Saturnino Luz — Paraná.

6 — **Política:**

Sausivo Vieira — Goiás; Werter Faria — Rio Grande do Sul; Adhemar Carvalho Gomes — São Paulo.

Além das referidas comissões, foi eleita pelo plenário, na sessão do dia 10, uma Comissão Especial, integrada pelos seguintes elementos:

Josaphat Macedo — Minas Gerais; Geraldo Goulart da Silveira — Distrito Federal; Fernandes Pinto — Maranhão.

TESES E INDICAÇÕES APRESENTADAS

Foram apresentadas à Segunda Conferência Rural Brasileira, as seguintes teses e indicações:

1 — Projeto de Lei Agrária — Associação Rural de Malet;
2 — Maquinário e instrumento agricola — Associação Rural de Malet;
3 — Semente novas e reprodutores — Associação Rural de Malet;
4 — Financiamento de safras aos agricultores em curto prazo — Associação Rural de Malet;
5 — Legislação e politica — Associação Rural de Malet;
6 — A causa da queda da produção de cereais e decréscimo da pecuária em geral — Associação Rural de Malet;
7 — Escola Agricola no Sul do Estado do Paraná — Associação Rural de Malet;
8 — Plano de Cooperação entre as Associações Rurais e as Casas Rurais do Estado do Paraná — Robinson Guilherme de Moura;
9 — O trigo, problema nacional — Arthur Torres Filho;
10 — Importância da fitopatologia — Sileno Grilo Soares;
11 — O problema do sulfato de cobre — Sileno Grilo Soares;
12 — Associativismo — Associação Rural de Malet;
13 — Pequenos Campos Experimentais como Fomento da Produção Agricola — Airton Furiatti;
14 — A classificação dos produtos agropecuários nas fontes de produção e seus reflexos na economia nacional — Fausto F. da Luz;
15 — Oliviculture, futura riquesa do Paraná — Emilio M. Soares;
16 — Nossa intercepção de parasitos exóticos em mudas de oliveira — Emilio M. Soares;
17 — Necessidade de recuperação de pastagens nativas no Estado do Paraná — Mario M. Loureiro;
18 — Direito e obrigação de cercar a propriedade — Associação Rural de Tijucas do Sul;
19 — Uso da saudação na correspondência — Lourival Fendler;
20 — Contribuição para a recuperação econômica dos Campos Gerais do Paraná — Vespertino M. de França;
21 — Regime cambial e a importação de fertilizantes — Albano Boutin & Cia. Ltda.;
22 — Hortos Municipais — Federação das Associações Rurais da Paraíba;
23 — Educação Rural e Missões educativas — J. I. de Miranda Pereira;
24 — Problema alimentar e outros — Federação das Associações Rurais do Maranhão;
25 — Conselho de Fomento Agro-Pecuário — Federação das Associações Rurais de Minas Gerais;
26 — O proporcionamento de recurso permanentes às entidades representativas da vida rural — Federação das Associações Rurais do Estado do Rio;
28 — Fomento à agricultura — Federação das Associações Rurais do Estado do Rio;
29 — Residência de Agronomia — Federação das Associações Rurais de Pernambuco;
30 — Mecanizaãço agricola — Léo B. Tirka;
31 — Fundo de Crédito Rural — Federação das Associações Rurais do Estado do Rio;
32 — Escola agrária e sua criação — Federação das Associações Rurais do Estado do Rio;
33 — Projeto Galdino do Vale — Federação das Associações Rurais do Estado do Rio;
34 — Regime cambial e eas importações de fertilizantes — Albano Boutin & Cia. Ltda.;
35 — Organização de registro de lavradores — Vários delegados;
36 — Inquéritos e pesquisas para fixação de preços minimo — Geraldo Goulart da Silveira, Sociedade Nacional de Agricultura;
37 — Recursos para Institutos de Pesquisas e Experimentação Agricolas — Geraldo Goulart da Silveira, Soc. Nac. de Agricultura;
38 — Centros de Treinamentos de Economia Rural Doméstica — Geraldo Goulart, Soc. Nac. de Agricultura;
39 — Instalação de Escolas profissionais Agricolas — Geraldo Goulart da Silveira, Soc. Nac., Agricultra;
40 — Centros de Treinamentos Agrícola — Geraldo Goulart da Silveira, Soc. Nac. de Agricultura;
41 — Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica — Geraldo Goulart da Silveira, Soc. Nac. de Agricultura;
42 — Sôbre a criação de equideos — J. Dobignies e H. Duboc;
43 — Mudança da Capital da República — Vários delegados;
44 — Transformação do lixo coletado nas cidades em adubo orgânico — Geraldo Goulart da Silveira, Soc. Nac. de Agricultura;
45 — A FARESP e os prêços mínimos — Federação das Associações Rurais de São Paulo;
46 — Modificações do impôsto sôbre a renda — Federação das Associações Rurais de Minas Gerais;
47 — Crédito Agro pecuário — Zoilo Meira Simões;

48 — Crédito Rural — Federação das Associações Rurais de Pernambuco.
49 — Integração do exército num plano agrícola nacional — Lycio G. de Castro Velloso;
50 — Produção de sementes de linho para os linicultores paranaenses — Mario José Nowacki;
51 — Efetivação do prêço mínimo — Nérico Silva;
52 — Indicaço sôbre taxa cabial — Virgilio Tavora e Iris Meimberg;
53 — Indicação para melhor aparelhamento do Serviço de Economia Rural — FAREC e FARESP;
54 — Indicação sôbre distribuição de material agrícola — FAREC e FARESP;
55 — A apicultura no Estado do Paraná — André Dodieck;
56 — Da necessidade de aumentar a produção animal pela intensificação dos métodos — Jean Dobignies;
57 — Perspectivas para um trabalho educativo no meio rural — Paulo Sommer;
58 — Regime Cambial — Zelio Meira Simões;
59 — Isenção da taxa de defesa da aguardente — Eolo B. Pinto;
60 — Caça e Pesca — Xisto Guedes;
61 — Participação da C. R. B. no IDORT — Lauro Borba e outros;
62 — Sôbre a colaboração da classe rural à política cambial do govêrno — Josaphat Macedo;
63 — Movimento associativo sob a égide do D. L. 8.127 — Josaphat Macedo;
64 — Proteção das terras atravessadas por rodovias e ferrovias — Roberto F. Werneck;
65 — Sôbre as providências do Ministro da Fazenda relativamente à melhoria das condições do trabalho agrícola — Iris Meimberg;
66 — Sôbre a incidência de impostos mercantis sôbre as cooperativas Roberto Werneck e Ferraz de Almeida;
67 — Sôbre a colaboração da classe rural com o Ministério da Agricultura — Iris Meimberg;
68 — Colônia Agrícola de Apucarana — F. Moritz e João Botelho;
69 — Colaboração com os poderes públicos — João Botelho;
70 — Entrosamento dos orgãos técnicos do M. da Agricultura com as Associações Rurais — Delegação do Pará;
71 — Amparo à região amazônica — Delegação od Pará;
72 — Seguro em grupo dos agricultores — F. Moritz;
73 — Fundo constituido pelos agios de cambiais — Delegação do Pará;
74 — Congratulações com os govêrnos do Pará e Rio de Janeiro — Delegação do Pará;
75 — Cobrança de taxas para o serviço social rural — M. Dias;
76 — Sôbre a importação de borracha estrangeira — Delegação do Pará;
77 — Sôbre a anistia às cooperativas com os executivos estaduais — Delegação do Pará;
78 — A propriedade no nordeste seco — Delegação do Ceará;
79 — Representação da classe rural nos Conselhos Rodoviários — Delegação do Pará;
80 — Sôbre a importação, pelo Ministério da Agricultura, de arame farpado — Mario Dias;
81 — Sôbre a inversão de parte da arrecadação do SEC, SESI, SENAI e SENAC em benefício da classe rural — Delegação do Pará;
82 — Sôbre a fiscalização, por parte do Ministério da Agricultura, de sementes, adubos, etc. — Roberto Werneck;
83 — A pecuária cearense em face à crise das secas — Delegação do Ceará;
84 — Sôbre a coordenação dos resultados da II Conferência Rural Brasileira, com a I Conferência Rural Brasileira — Raul C. de Mello Filho.

SESSÃO DAS COMISSÕES

As sete comissões eleitas realizaram numerosas reuniões nos dias 7 e 8 para o estudo dos oitenta e quatro trabalhos apresentados à II Conferência Rural Brasileira.

SESSÕES PLENÁRIAS

Para estudo das teses e pareceres das comissões, foram realizadas cinco sessões plenárias, tôdas elas muito animadas, com calorosos debates sôbre os mais diversos assuntos submetidos à consideração dos delegados das entidades de classe.

Na última sessão plenária, foi lida pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, uma moção de louvor à mesa, pela maneira acertada e democrática com que sempre conduziu os trabalhos, e à FARP, pela fidalguia com que recebeu os delegados das demais entidades da classe rural.

A moção estava subscrita por todos os delegados presentes.

EXCURSÕES E VISITAS

Durante a Segunda Conferência Rural Brasileira foram proporcionadas as seguintes excursões e visitas:

a — visita à Paranaguá;
b — visita ao Governador do Estado;
c — recepção aos agrônomos presentes, pela Sociedade dos Agrônomos do Paraná.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Durante a sessão de encerramento, que contou com a presença do Dr. João Mauricio de Medeiros, representante do Ministro da Agricultura, Capitão José Durski Pereira, representante do Governador do Estado, Dr. Rubem de Melo Braga, Secretário da Agricultura, Dr. Sylvano Alves da Rocha Loures, Presidente da Federação das Associações Ru-

rais do Paraná, Dr. Alkindar Junqueira, Presidente da Confederação Rural Brasileira, representante do Governador do Pará, representante do Presidente da Assembléia Legislativa, delegados de tôdas as Federações de Associações Rurais e outras autoridades, fizeram uso da palavra:

a — Dr. Sylvano Alves da Rocha Poures, presidente da PARP;
b — Dr. Josaphat Macedo, pela Delegação mineira;
c — Dr. João Maurício de Medeiros, representante do Ministro da Agricultura;
d — Dr. Alkindar Junqueira, presidente da C. R. B.;
e — Dr. Lício Veloso, em nome dos agrônomos do Paraná;
f — Dr. João Botelho.

O PRÓXIMO CONCLAVE

De acôrdo com o deliberado, a III Conferência Rural Brasileira realizar-se-á, no próximo ano, no Estado de São Paulo.

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA NA II CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

A Sociedade Nacional de Agricultura compareceu a II Conferência Rural Brasileira através de seu Secretário Geral, Luiz Marques Poliano e de seu Diretor Técnico, Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Coube ao primeiro, atuar junto à mesa na coordenação dos trabalhos, e ao segundo, atuar como relator na Comissão Especial, designada pelo plenário.

A Sociedade Nacional de Agricultura colaborou com oito trabalhos, sendo um de autoria de seu presidente, Prof. Arthur Torres Filho, e sete de seu Diretor Técnico, Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

A contribuição do Prof. Arthur Torres Filho foi sôbre "O trigo, problema nacional" e as contribuições do Prof. Geraldo Goulart da Silveira foram sôbre:

a — Inquéritos e Pesquisas para a determinação do custo da produção agropecuária;
b — Recurso para os Institutos de Pesquisas e Experimentação Agrícolas;
c — Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica;
d — Aproveitamento do lixo das cidades como adubo;
f — Centros de Treinamento Agrícola;
g — Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica;
h — Instalação de Escolas profissionais agrícolas.

Além disso, pelo Sr. Luiz Marques Poliano, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura, foi apresentada uma recomendação sôbre "Registro de Lavradores pelas Entidades de Classe", unânimemente aprovada na 6.ª Sessão Plenária da II Conferência Rural Brasileira.

Pela sua objetividade e oportunidade, transcrevemos abaixo, na íntegra a proposição de nosso companheiro de delegação:

"Considerando que há necessidade de, por todos os meios, vincularmos cada vez mais o homem do campo aos órgão da classe;

Considerando que, nos atuais registos de lavradores, a cargo dos executivos municipais e estaduais, e do Ministério da Agricultura, são adotadas normas diferentes entre si;

Considerando que nesses registos, por efeito principalmente de dificuldades de contatos diretos entre os lavradores e os órgãos oficiais se nota a falta da mobilidade e da atualização que se tornariam desejáveis;

Considerando mais que êste serviço, de alcance inclusive estatístico, poderia ser realizado com relativa facilidade pelos núcleos e associações rurais, nos distritos e municípios, e pelas Federações e Confederação, nos Estados e no Distrito Federal, como colaboração aos registros oficiais e sem prejuizos deles;

PROPOMOS:

A II Conferência Rural Brasileira recomenda a organização pelas associações rurais, do Registo Local de Lavradores, e pelas Federações e Confederação, dos Registros Estadual e Brasileiro, respectivamente.

A Confederação Rural Brasileira constituirá em seu seio, uma comissão que organizará o plano geral desses Registos, a fim de que a entidade, mais tarde, o recomende aos órgãos da classe e pleiteie o seu reconhecimento oficial."

O LIXO DOMICILIAR COMO FONTE DE ADUBO ORGÂNICO

A Segunda Conferência Rural Brasileira, reunida em Curitiba, Estado do Paraná, aprovou por unanimidade a seguinte indicação do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura ao referido comclave:

1 — Considerando a grande importância da matéria orgânica para a agricultura;
2 — Considerando a falta de adubo orgânico com que lutam os chacareiros localizados em torno das grandes cidades;
3 — Considerando que é preciso proporcionar condições que permitam o aumento da produtividade das chácaras que abastecem com frutas e hortaliças os mercados citadinos;
4 — Considerando, finalmente, que entre nós, a quase totalidade do lixo coletado nas cidades é utilizado como aterro;

Propomos a seguinte indicação:

"A Segunda Conferência Rural Brasileira recomenda às Prefeituras Municipais a necessidade de instalações apropriadas para a transformação do lixo coletado nas cidades, em adubo orgânico para ser utilizado na agricultura."

Serviço de Economia Rural

Resumo do Relatório - 1953

Senhor Ministro.

Desenvolveu o Serviço de Economia Rural, durante o ano de 1953, objetiva atividade, desempenhando suas atribuições regimentais e procurando, nos diferentes órgãos em que tomou parte como representante do Ministério da Agricultura, em observância à orientação traçada por Vossa Excelência, ter em vista as necessidades da produção nacional.

Os trabalhos pertinentes às pesquisas econômicas e sociais, associativismo rural, cooperativismo, padronização e fiscalização da exportação, sem prejuizo do regular andamento dos de ordem administrativa, absorveram maior atenção.

A Seção de Pesquisas Econômicas e Sociais, em acôrdo com o programa de trabalhos que vem observando, continuou a realização de inquéritos e de estudos, desviando, embora, sua atenção, para outras atividades surgidas após a criação do Serviço e que necessita adequada reestrutração. Estudando com o Serviço de Estatística da Produção, um plano para a realização de inquéritos de interêsses recíprocos, obteve a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para a coleta de elementos indispensáveis aos estudos sôbre o custo da produção e outros, por intermédio de sua eficiente rêde de Agências Municipais. Os trabalhos de coleta estão sendo feitos com êxito nos principais centros produtores e incidem por enquanto, sôbre gêneros alimentícios de origem vegetal (arroz, milho, feijão, batata, etc.) e animal (leite e carne)

Observa-se, em consequência da ação de fatores os mais diversos, ser elevado, relativamente, o custo da produção de gêneros essenciais à alimentação, o que obriga a persistir, eliminando dificuldades, na política de estímulo e amparo à produção nacional. No setor alimentos, por exemplo, devem as municipalidades, com a colaboração das associações rurais e das sociedades cooperativas, estimularem as atividades agrárias, desonerando-as, quanto possível, em benefício do desenvolvimento da produção de subsistência necessária à sua população e ao progresso da respectiva economia pelo aumento das exportações.

Paralelamente ao estudo sôbre o custo da produção estão sendo realizados os relativos aos preços de terras e salários, em colaboração com as associações rurais, que se têm revelado prestimosas, idôneas e eficientes informantes.

Em relação ao primeiro dêsses inquéritos referem-se os elementos colhidos às terras de cultura, de matas, de pastagens e de campos nativos, observando-se que os preços mais altos são registrados nas regiões Leste (Leste meridional) e Sul, e os mais baixos nas regiões Norte e Nordeste (Nordeste ocidental). Pernambuco registra a maior valorização das terras de cultura, na região Centro-Oeste. Nas zonas compreendidas no chamado polígono das sêcas as terras irrigáveis e as de vazantes são as mais disputadas.

Quanto aos salários, estende-se o inquérito a um elevado número de atividades e funções, apreciando-se a remuneração alcançada no trabalho a dia e no trabalho mensal, que é limitado a determinadas funções, com e sem alimentação, conforme os hábitos e os recursos locais.

A organização associativa da classe rural prosseguiu dentro das diretrizes traçadas na Mensagem Presidencial de 1951.

O movimento consolida-se, fortalecendo o espírito associativo entre os lavradores e criadores brasileiros. O quadro social das 921 associações rurais registrados e reconhecidas até 20-11-53 é de 132.598 associados, todos desejosos da respectiva associação promover o progressivo desenvolvimento local, em benefício da classe e do seu conceito entre as da indústria e do comércio no seio da população.

As entidades reconhecidas como órgãos representativos da classe rural estão distribuidas por tôdas as regiões geo-econômicas do país:

Regiões e Unidades da Federação	Associações	Número de Associados
NORTE:		
Acre	2	249
Amapá	3	160
Amazonas	11	553
Pará	24	1.665
	40	2.627
NORDESTE:		
Maranhão	46	5.197
Piauí	29	1.841
Ceará	89	6.435
Rio Grande do Norte	47	2.022
Paraíba	18	2.071
Alagoas	13	705
	326	24.470
LESTE:		
Sergipe	38	1.897
Bahia	41	3.486
Espírito Santo	17	1.040
Rio de Janeiro	56	8.377
Distrito Federal	3	3.048
Minas Gerais	73	9.369
	228	27.211
SUL:		
São Paulo	120	23.375
Paraná	49	7.847
Santa Catarina	50	16.716
Rio Grande do Sul	67	27.017
	286	75.159
CENTRO-OESTE:		
Goiás	31	2.020
Mato Grosso	10	1.112
	41	3.135

RESUMO:

Norte	40	2.627
Nordeste	326	24.470
Leste	228	27.211
Sul	286	75.159
Centro-Oeste	41	3.135
BRASIL	921	132.598

O movimento foi aumentado de 1-1-53 a ... 30-11-53 de 182 associações e 17.874 associados, perfazendo, naquela data, um total de 921 associações e 132.598 associados.

Já foram fundadas e ainda não reconhecidas Federação de Associações Rurais nos Estados de Alagoas e Mato Grosso. Apenas o Estado do Amazonas e os Territórios do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá não estão ainda representados na Confederação Rural Brasileira. Amazonas, Amapá e, provàvelmente, o Acre, deverão integrar o movimento, organizando suas Federações de Associações Rurais pròximamente.

Mantém o Serviço de Economia Rural, orientando-as e assistindo-as quando necessário, estreito contacto com as associações rurais e suas federações.

Acompanhando desde os primeiros dias os trabalhos pertinentes à organização social do agricultor brasileiro, cujas aspirações e anseios são selecionados e defendidos no âmbito da respectiva áaea territorial, pelas Associações Rurais (municipais, regionais e especializadas), no âmbito estadual, pelas Federações, e no âmbito nacional, pela Confederação, tem o Serviço de Economia Rural recomendado às entidades de primeiro grau o progressivo fortalecimento do quadro social, pela participação do maior número de lavradores e criadores na associação reconhecida na área de seu domicílio.

No setor cooperativismo foram ampliadas as perspectivas e o movimento de registro das sociedades cooperativas, que caira, em 1950, a 168, passou a 188, em 1951, a 217 em 1952, para atingir a 256 em 30 de novembro de 1953. Está em ascendência, portanto, o movimento cooperativista brasileiro que é representado por 3.444 sociedades cooperativas em funcionamento nas diferentes regiões geo-econômicas do país:

Regiões e Unidades da Federação	Cooperativas existentes	Cooperativas cujos elementos contábeis foram apurados — Entidades	Associados
NARTE:			
Amapá	3	3	208
Rio Branco	1	1	37
Acre	10	9	1.162
Guaporé	2	2	69
Amazonas	11	8	5.337
Pará	74	44	2.854
	101	67	8.967
NORDESTE:			
Maranhão	33	23	3.199
Piauí	19	7	1.389
Ceará	101	92	27.004
Rio G. do Norte	75	61	20.755
Paraíba	165	95	20.292
Pernambuco	325	43	10.362
Alagoas	97	87	37.126
	816	408	120.127
LESTE:			
Sergipe	38	32	3.503
Bahia	255	238	27.737
Espírito Santo	45	45	10.096
Rio de Janeiro	225	199	45.459
Distrito Federal	188	79	53.474
Minas Gerais	243	231	27.159
	994	824	167.428
SUL:			
São Paulo	628	298	148.072
Paraná	190	177	25.298
Santa Catarina	149	37	13.749
Rio G. do Sul	503	337	123.384
	1.470	849	310.503
CENTRO-OESTE:			
Goiás	32	30	287
Mato Grosso	31	29	1.436
	63	59	1.723
RESUMO:			
Norte	101	67	8.967
Nordeste	816	408	120.127
Leste	994	824	167.428
Sul	1.470	849	310.503
Centro-Oeste	63	59	1.723
BRASIL	3.444	2.464	608.748

Das sociedades cooperativas em funcionamento 3.405 são do primeiro grau e 39 do 2.º grau. Das do 1.º grau 1.651 são de consumo (inclusive as escolares, sem maior expressão econômica), 1.245 de produção (962 vegetal, 280 animal e 3 mineral), 412 de crédito e 100 diversas.

As 256 sociedades cooperativas registradas em 1953 reunem 18.261 associados, que subscreveram capital correspondente a Cr$ 98.719.651,00.

Não foi possível apurar o movimento econômico-financeiro de tôdas as cooperativas em funcionamento, mas apenas de 2.464 com 608.748 associados e, englobadamente, conforme o objetivo e natureza das operações, o seguinte movimento:

	Cr$
Capital subscrito	1.256.267.346,00
Capital realizado	779.120.251,00
Depósitos	2.116.597.720,00
Empréstimos	1.745.493.682,00
Fundo de Reserva	97.735.334,00
Fundos diversos	145.482.603,00
Dinheiro em Caixas e Bancos	462.340.087,00
Vendas	2.783.624.942,00
Produção recebida de associados	6.856.488.442,00
Financiamento e auxílios	179.196.421,00
Prêmios recebidos	38.739.009,00
Sinistros pagos	17.145.688,00
Estimativa de bens de associados — (Caixas Raiffeisen)	835.850.295,00
Retornos	40.655.080,00

O movimento social e econômico-finaceira de 79 das 188 cooperativas do Distrito Federal foi o seguinte:

	Cr$
Capital subscrito	73.845.612,00
Capital realizado	39.475.568,30
Financiamento	49.046,50
Fundo de reserva	15.492.309,20
Fundos Diversos	8.958.642,30

Depósitos	62.270.290,30
Empréstimos	70.738.253,70
Dinheiro em Caixas e Bancos ..	40.465.598,30
Vendas	134.225.136,70
Prêmios de seguros recebidos ...	17.380.977,30
Sinistros pagos	11.415.878,00
Lucros	320.837,30
Retornos	1.212.200,00
Estimativa dos bens dos associados — (Caixas Raiffeisen) ...	24.315.000,00

Apresentam, dentre as sociedades cooperativas sediadas no Distrito Federal, maior expressão, a Central dos Produtores de Leite, cujo capital se eleva a Cr$ 53.395.200,00 e o movimento de vendas a Cr$ 96.294.500,00, e a de Consumo dos Rodoviários, com Cr$ 25.908.661,00 de capital e Cr$ 85.566.586,00 de vendas.

Das cooperativas cuja situação foi examinada destacam-se algumas, nos diferentes setores de atividade, como exemplos de quanto se pode alcançar do cooperativismo, na sua verdadeira expressão econômico-social.

Exemplo a seguir em matéria de planejamento e organização, em moldes cooperativos, é o da indústria de laticínios, cujo plano foi modificado antes de chegar a seu termo, e da erva mate, êste inteiramente executado, e, agora, o da agro-indústria canavieira, que está sendo executado como parte integrante da política assistencial do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Deu o cooperativismo sentido de organização aos produtores de leite, nos centros abastecedores do Rio de Janeiro, e assegurou a sobrevivência da exploração do mate na região ervateira do Sul e Centro-Oeste do país.

Está o mate, nos Centros produtores do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, cooperativamente organizado e, a despeito de tôdas as vicissitudes, as quatro federações em funcionamento reunem 35 cooperativas que congregam mais de 15.000 ervateiros.

A economia ervateira, no setor produção, conta com o auxílio da taxa de Cr$ 1,00 por 15 quilos de mate, taxa essa que é aplicada por intermédio das federações, no financiamento e na aquisição de armazéns, barbaquais e engenhos de beneficiamento para as cooperativas ervateiras.

A situação do cooperativismo de mate é representada:

Federação das Cooperativas de Produtores de Mate "Paraná" Ltda. — 15 cooperativas, 9.766 associados, capital subscrito Cr$ 39.284.727,40, realizado Cr- 10.449.753,10 e imobilizações Cr$ 7.767.057,00;

Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Santa Catarina Ltda. — 4 cooperativas, 4.233 associados, capital subscrito Cr$ 6'.773.333,20, realizado Cr$ 3.828.299,90 e imobilizações Cr$ 5.863.182,90;

Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Riograndense Ltda. — 12 cooperativas, 747 associados, capital subscrito Cr$ 1.241.800,00 realizado Cr$ 896.505,40 e imobilizações Cr$ .... 5.324.212,00; e

Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambaí Ltda. — (Mato Grosso) — 4 cooperativas, 813 associados, capital subscrito Cr$ ... 2.656.800,00, realizado Cr$ 1.072.954,50 e imobilizações Cr$ 701.402,90.

O plano de organização cooperativa da agro-indústria canavieira está em desenvolvimento e já conta com uma rêde de cooperativas que vai se estendendo pelas zonas produtoras, tendo por objetivo:

a) financiamento de entre-safra, aquisição de adubos e de máquinas agrícolas;
b) empréstimos, sob warrantagem, aos usineiros, destinados a metodizar a distribuição de açucar;
c) reequipamento das usinas, com o principal objetivo, de melhorar seus rendimentos industriais; e
d) montagem de novas e readaptação das antigas destilarias.

O Estatuto da Lavoura Canavieira — ensaio de reforma agrária no setor agro-açucareiro — preconiza e estimula, em diversos de seus dispositivos, a organização da classe em cooperativas.

A exemplo do que ocorre com a economia ervateira e a economia canavieira, o mesmo deverá ser feito em referência a outras explorações (cêra de carnauba, cêra de ouricuri, babaçu, castanha do Pará, etc.) e zonas típicas determinadas, como as dos vales da Paraíba, do São Francisco e outras.

Observações nos meios cooperativos do Nordeste aconselham persuasiva campanha no sentido de levar as cooperativas agropecuárias, inclusive as especializadas, à completa realização de seus objetivos. E' necessário que os produtores cooperados confiem às cooperativas o encargo de colocar nos mercads a sua respectiva produção. As ocorrências climáticas e as dificuldades para manterem as cooperativas regular serviço de financiamento sob warrantagem retadaram, em benefício do intermediário, o alcance dos verdadeiros objetivos, em proveito da economia do produtor.

A cooperativa é o distribuidor natural da produção dos respectivos cooperados e, por outro lado, é quem emm elhores condições se acha para lhes fornecer quanto necessitam na chácara, sítio, engenho ou fazenda.

Tem o Servipo, pelas suas seções especializadas, orientado a organização das sociedades cooperativas e assistido-as, para que obedeçam, no funcionamento, normas que lhes assegurem a indispensável regularidade, só alcançada com o respeito às disposições legais e aos princípios doutrinários universalmente aceitos.

Os trabalhos de classificação dos produtos agrícolas e pecuários, das matérias primas e dos subprodutos e resíduos de valor econômico, continuam sendo feitos mediante acôrdos, cabendo ao Serviço de Economia Rural fiscalizá-los, visando, para cada produto, a necessária uniformidade de execução.

Não foi possível estender ainda às fronteiras do Oeste (Mato Grosso, Guaporé e Acre) e às do extremo Norte (Rio Branco e Amapá), os trabalhos de classificação. Seus produtos, quando exportados por via marítima, são classificados nos portos de embarque, tal como ocorre com a produção goiana.

O preparo técnico do pessoal necessário aos trabalhos de classificação foi auxiliado pela realização de cursos avulsos para classificação de juta, cêra de carnaúba, agave e cacau, respectivamente, nos Estados do Pará, Ceará, Paraíba e Bahia. Além dêsses cursos avulsos foi ministrado um de aperfeiçoamento de classificadores de algodão e outras fibras, na sede do próprio Serviço.

O interêsse despertado pelos cursos avulsos aconselham a realização de outros, sobretudo onde não existem Escolas de Classificação. O aperfeiçoamento dos classificadores em exercício, inclusive

nos órgãos executores de acôrdos, constitui necessidade que dispensa justificação.

As seções especializadas (Padronização de Matérias Primas e Padronização de Produtos Alimentares) desempenharam, com esfôrço, suas atribuições, zelando, uma e outra, pela regularidade dos trabalhos de fiscalização da exportação.

As deficiências e irregularidades verificadas foram punidas nos limites permitidos pela legislação em vigor, que deverá ser modificada, já tendo o executivo solicitado as necessárias providências. O projeto respectivo tomou, na Câmara dos Deputados o n.º 2.460-1952.

Com o intuito de uniformizar a classificação do algodão nordestino e definir o tipo de fibra longa, conhecido sob a denominação de "Seridó", promoveu o Serviço de Economia Rural, em Campina Grande, Estado da Paraíba, a II Reunião Algodoeira do Nordeste, que despertou a atenção dos interessados, nela tomando parte delegados da produção, do comércio e da indústria, bem como, dos órgãos técnicos especializados federais e estaduais.

Foram estudadas, com a colaboração dos interessados, as alterações que se fazem necessárias nas especificações para a classificação do fumo baiano e do algodão.

Não correspondendo mais as especificações para a classificação da cêra de carnaúba, por apresentarem deficiências na caracterização de alguns tipos e necessidade de inclusão de outros, que alcançaram expressão econômica, preparou-se anteprojeto que foi submetido ao estudo dos órgãos técnicos especializados e das classes interessadas.

Novos estudos foram empreendidos para a padronização da madeira.

O registro de exportadores, para efeito de fiscalização da exportação, foi feito regularmente e elevou-se a 1.916 firmas.

Tem o Serviço de Economia Rural, por solicitação da COFAP e das COAP, bem como da Delegacia de Economia Popular, feito a classificação dos cereais e grãos leguminosos, para efeito de dirimir dúvidas ocorridas na fiscalização.

As Agências do SER, nos Estados, desempenharam-se, a contento, de suas múltiplas atribuições.

Em 10-12-53.

Antônio de Arruda Câmara
Diretor.

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

MAIS UMA VITÓRIA DO CLUBE AGRICOLA MIGUEL CALMON

O Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e registrado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura sob o n.º 1.098, acaba de conquistar mais uma expressiva vitória.

Assim é que, concorrendo com produtos seus à VI Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal, conquistou três diplomas, sendo dois de menções honrosas e um terceiro lugar, obtidos com os produtos que apresentou ao referido certame.

A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO NA SEGUNDA CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello esteve erpresentada na Segunda Conferência Rural Brasileira, pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, que alí compareceu como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

CURSO AVULSO CITRICULTURA

Terminou no corrente mês o Curso de Citricultura que foi ministrado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, pela Diretoria do Curso de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural.

A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO NA VI EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

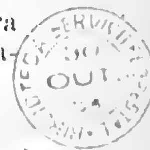
A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura esteve representada na VI Exposição Agro-pecuária do Distrito Federal, pelo seu Vice-Diretor, Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira.

O CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON COLABORA COM OUTRAS ENTIDADES CONGÊNERES

O Clube Agrícola Miguel Calmon, da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, acaba de prestar valiosa colaboração ao Clube Agrícola Geraldo Goulart da Silveira, da Escola Pública Municipal de Vigário Geral, oferecendo livros para a formação de sua biblioteca, uma muda de cafeeiro para o plantio no dia de sua inauguração, e a colaboração de seu consócio Domingos da Silva Freire. É Diretora do referido Clube Agrícola a Prof. D. Magali C. Pimentel, brilhante elemento do magistério municipal e antiga aluna dos Cursos Práticos Agrícolas mantidos na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pela Fundação Getúlio Vagas.

Confederação Rural Brasileira

Relatório apresentado pelo Presidente Alkindar Monteiro Junqueira à Assembléia Geral Ordinária, da Confederação Rural Brasileira, realizada a 14 de novembro de 1953.



É com imensa satisfação que apresentamos as nossas boas-vindas aos nossos prezados companheiros de todo o Brasil e que aqui vieram para participar da 2.ª Assembléia Geral Ordinária que realiza a nossa Confederação.

É com pesar, porém, que não temos, agora, presidindo a esta augusta Assembléia a pessoa amiga do Dr. Mario de Oliveira, o 1.º Presidente eleito de nossa organização, o qual, por motivos de ordem particular, inclusive de saúde, renunciou ao cargo que com tanta dedicação vinha ocupando.

Essa é a razão porque nos vimos guindado ao lugar de Presidente da Confederação Rural Brasileira, cargo que vimos ocupando desde janeiro do corrente ano, com a confirmação do nosso Conselho Superior aos 21 de janeiro, que houve por bem elevar o 1.º Tesoureiro, Dr. Rubens de Campos Farrulla, no cargo de 1.º Vice-Presidente e preencher o lugar de 1.º Tesoureiro com o membro da Comissão Fiscal, Dr. Adamastor Lima — preenchimentos esses que cabe a esta augusta Assembléia homologar ou promover o seu preenchimento da maneira que melhor entender.

Cumpre-me, agora, relatar aos nobres representantes das nossas Federações, o que foi o Exercício 1952/1953, isto é, o que se passou do 1.º de novembro de 1952 a 31 d outubro do corrente ano.

É evidente que uma Confederação, como a nossa, com apenas pouco mais de 1 ano de existência quando assumi a Presidência, ensaiava os seus primeiros passos rumo aos altos destinos que lhe estão reservados. O exercício das funções diretoras é a melhor escola sôbre a maneira de agir. A falta de recursos materiais e a ausência permanente de muitos dos nossos Diretores, apoucando a colaboração do elemento humano, só foram de certo modo compensados com a boa vontade daqueles que carregaram o fardo das responsabilidades da nossa organização durante o ano transato.

Certos estamos, meus companheiros e eu, de que não correspondemos à expectativa do que era lícito esperar-se de uma Confederação, pela atuação e projeção que deveria ter.

É por isto que nos compete dar uma satisfação aos ilustres representante das nossas confederadas.

— Foi por gentileza e elevado espírito de cooperação da nossa filiada de larga projeção — A Sociedade Nacional de Agricultura — que logramos nos abrigar sob seu teto, recebendo todo o apoio moral de sua Diretoria, representada pela figura já histórica de Torres Filho bem como o apoio material pelo uso que fizemos de suas instalações sem qualquer ônus para a Confederação. Deixamos consignados aqui, por tudo isso, os nossos mais sinceros agradecimentos.

A carência de espaço para que tivessemos nossos próprios móveis, arquivos, etc. nos levou a considerar a necessidade de nos instalarmos por conta própria e com certa urgência.

Mais uma vez, veio a Sociedade Nacional de Agricultura ao nosso encontro, acenando-nos com a possibilidade de virmos a ocupar um dos andares do seu prédio próprio, à Av. General Justo n.º 171, onde ela terá também a sua sede.

Estimulados por essa boa vontade e aceito o oferecimento ainda no período do nosso antecessor Dr. Mario de Oliveira, dispuzemo-nos a enfrentar as despêsas que decorriam dessa decisão. Foi quando recebemos do Instituto Brasileiro do Café, pelas mãos amigas do seu ex-presidente Dr. Mario Penteado de Faria e Silva, assistido pelo seu então Chefe de Gabinete, Dr. Raul Cardoso de Mello Filho, o precioso donativo de Cr$ 500.000,00 permitindo assim que o café, o nosso maior produto, colaborasse na instalação da entidade máxima da Agricultura. E, aqui, aproveitamos o ensejo para renovar e registrar o profundo reconhecimento da Confederação pelo seu gesto altamente compreensivo.

Estamos já com os móveis no andar que ocuparemos em breve na "Casa da Agricultura" não tendo tido, porém, a felicidade de vermos a reunião realizada no novo prédio da Sociedade Nacional de Agricultura, para cuja visita ficam todos, desde já, convidados. Será uma visita à "Casa da Agricultura".

Houve um retardamento em nossa mudança, porque, como é de regra, os trabalhos de arremate das obras são demorados. Isso absorveu alguns meses da nossa curta gestão, concorrendo para tolher os movimentos da Confederação que não tinha onde alojar móveis, funcionários, assessores tecnicos e até diretores, de modo a poder se expandir.

Eis aí a razão porque não pudemos instalar o nosso corpo de assessores, o que será feito muito breve.

Todos somos passíveis de críticas, sobretudo por parte daqueles que não conhecem de perto as nossas dificuldades que, graças a Deus, vão diminuindo paulatinamente.

Pedimos, no entanto, que haja sempre, antes de uma palavra de censura, uma palavra de colaboração. Isso dá autoridade moral a quem fala.

Organismos Federados — A Confederação conta hoje com 18 Federações, faltando apenas correspondentes aos Estados do Amazonas, de Mato Grosso e de Alagoas. (v. quadro abaixo).

Estados	N.º Entidades	N.º Sócios
Pará	23	1.620
Maranhão . .	45	5.167
Piauí	28	1.777
Ceará	89	6.435
R. G. do Norte . .	47	2.022
Paraíba	18	2.071

Pernambuco . . .	84	6.199
Sergipe	38	1.857
Bahia	41	3.486
Espírito Santo . .	16	1.000
Minas Gerais . .	72	9.268
Rio de Janeiro . .	72	8.377
Distrito Federal .	3	3.042
São Paulo	119	23.395
Santa Catarina . .	50	16.716
Paraná	48	7.814
R. G. do Sul . . .	65	25.866
Goiás	31	2.023
Total	873	128.175

Política Econômica e Financeira — A política cambial que vinha sendo adotada pelo govêrno, levou a quase totalidade dos nossos produtos exportáveis à condição de "gravosos", isto é, produtos que tinham a sua cotação interna acima dos preços internacionais, resultando daí o represamento de nossa produção que, além de agravar a nossa carência de divisas estranjeiras, asfixiava os produtores que não conseguiam mais preços remuneradores do seu árduo trabalho. E uma das conseqüências funestas dessa política foi a decorrência forçosa da criação de um órgão controlador do nosso comércio internacional; — nasceu, então, a célebre CEXIM.

Os agricultores em geral, especialmente os cafeicultores, vendiam os seus produtos a dolar de 18,72 e iam adquirir as mercadorias de importadores privilegiados com as licenças da CEXIM, à base do dolar de 50 e 60 cruzeiros, dentro de um regime de empobrecimento progressivo do setor agrícola e consequente agravamento do custo de vida que sofria também, de outro lado, o impacto de emissões inflacionários.

A Classe Agrícola se viu privada dos maquinários e de peças para as mesmas, de jeeps, de adubos e inseticidas, de sementes de batata, etc; enquanto que, de outro lado, de mãos dadas com a perigosa COFAP, permitiu a CEXIM a importação de fios de sêda, de leite em pó, de manteiga, de queijos, de carne e até de cebola e de arroz (1), fazendo uma concorrência danosa à produção nacional, massacrando a nossa produção agro-pecuária exatamente com a arma que essa mesma produção lhe dava: — as moedas resultantes da exportação dos seus produtos, especialmente o café.

Até os minérios sofreram as dificuldades resultantes de nossa política econômico-financeira, como a "scheilta" do Rio Grande do Norte.

A atuação das nossas Federações, especialmente as de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, apoiadas nos seus esforços pela Confederação, logrou influir no ânimo do govêrno e se operou então a modificação radical da nossa política cambial com a nomeação do Sr. Oswaldo Aranha para Ministro da Fazenda. — Os encargos que o Tesouro Nacional, através da Comissão de Financiamento da Produção, assumiu, montavam em cerca de uma dezena de milhões de contos, a fim de amaparar o algodão, o caroá, o sisal, etc.

A situação de si já insustentável, foi agravada pela falta absoluta de energia elétrica que afetou profundamente o nosso parque industrial e pela geada que, em Julho, atingiu em cheio o Estado do Paraná, causando, outrossim, pesados danos à lavoura cafeeira de São Paulo e que se extendeu até o Sul de Minas. — A pressão dos acontecimentos levou o govêrno a modificar a sua política cambial, no sentido de facilitar e estimular as exportações e a dificultar as importações, sobretudo no grupo das mercadorias consideradas não essenciais ou supérfluas.

Mereceu a nova política os aplausos da Confederação que, se não considera todos os problemas resolvidos, vê na nova ação governamental a vontade de trilhar o caminho certo — e, hoje, a CEXIM ficou reduzida a um órgão de carater administrativo-burocrático. A agricultura vê, agora, diante de si novas possibilidades de exportar a preços remuneradores.

Comissões e Conferências

1 A Confederação Rural Brasileira foi convidada a participar da Conferência Econômica para a América Latina, promovida pela ONU, e que se realizou em Quitandinha;

2) A convite do então Ministro da Viação Eng.º Alvaro de Souza Lima, foi designado o Eng.º Haroldo Monteiro Junqueira para representar a Confederação na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes;

3) A Confederação está representada na Comissão Promotora da III Conferência das Classes Produtoras, em Santos, em Santos, em Maio do próximo ano. Esta Conferência que reunirá as fôrças representativas da produção — Agricultura, Indústria e Comércio — se reveste de alta importância e é a continuação dos dois primeiros conclaves da mesma natureza já realizados — o 1.º em Teresópolis e o 2.º em Araxá;

4) Foi indicado o Sr. Cyro Werneck de Souza e Silva para representar a Confederação na Comissão que cuidará do crédito cooperativista a pequenos e médios produtores;

5) Para participar da Comissão de Tarifas, por solicitação do Ministro da Fazenda, foi indicado o Agrônomo Economista Joaquim Fonseca de Lima;

6) Para integrar a Comissão de Revenda de Máquinas Agrícolas, no Ministério da Agricultura, foi destacado o nosso 1.º Diretor Secretário Agrônomo João Maurício de Medeiros;

7) Foi feita ao Ministro das Relações Exteriores, por solicitação deste, a indicação do nosso Diretor Técnico Acácio Gomes para a Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Algodão, nos Estados Unidos;

8) Atendendo a um ofício do Chefe do Estado Maior das Fôrças Armadas, a Confederação indicou o seu Diretor Raul Cardoso de Mello Filho, que aceitou a designação, para um curso especial na Escola Superior de Guerra;

9) Conferência de Lima —A Confederação compareceu à Conferência de Lima na pessoa dos companheiros Lauro Borba (Pernambuco) e Adhemar Carvalho Gomes (São Paulo);

10) Conferência Rural Brasileira — A I Conferência realizou-se no Rio de Janeiro, no período de 7 a 11 de outubro e já foram tomadas as providências a fim de que o Relatório fique pronto o mais cedo possível, uma vez que o atraso da divulgação das conclusões da Conferência prejudica o norteamento de ação da Classe. Mas houve intercorrências insanáveis, como a questão onde moléstia que impediu ao taquígrafo a tradução das notas.

Ficou deliberado que a II Conferência Rural Brasileira se realizaria em Curitiba (Paraná) e a III Conferência em São Paulo, ficando as Federações dos respectivos Estados com poderes para organizarem os conclaves por autorização expressa da Confederação. A reunião do Paraná se realizará em Dezembro p. futuro e a de São Paulo em data que será fixada. A preferência dada a esses dois locais e datas são uma homenagem aos dois Estados que comemoram, respectivamente, seu I e seu IV centenários.

É de se assinalar o número de Comissões em que a Confederação se faz representar, embora algumas delas existam apenas no papel, como há também mudanças bruscas de orientação com a supressão de umas comissões e criação de outras. Tudo isso revela um certo desnorteamento ou precipitação na criação de comissões.

O que desejamos, porém, ressaltar é a escassez elementos diretores ou técnicos em condições de atender à multiplicidade das incumbências de representação. Entramos dest'arte a considerar o aspecto da composição da Diretoria.

Composição da Diretoria — Esta se compõe de uma Diretoria Executiva com oito diretores e de uma Diretoria Técnica com dez diretores, totalizando 18 Diretores, seis não nos deram o prazer de seu comparecimento e também não deram as rázões justificadoras de sua ausência — certo é que privaram a Confederação da sua preciosa colaboração direta aumentando para os companheiros os encargos de resoluções, nicíativas e representações que cabem à Confederação. É de se desejar seja apreciado o assunto, de modo a sanar a situação existente.

Subvenções às Entidades de Classe — O Decreto 8.127 que deu estruturação à Classe dos Agricultores, representativa das atividades agropecuárias e conexas, não previu os meios para se alcançar a consolidação e estabilidade das organições representativas oficiais. Surgiu um projeto na Câmara Federal, na corrente legislatura, que propunha, inclusive através de emendas e pareceres, em suma o seguinte: a abertura de um crédito anual de Cr$ 80.000.000,00 ou sejam 80 mil contos, a serem distribuidos pelas Associações Rurais, devidamente registradas no Ministérios da Agricultura e filiadas às respectivas Federações.

A distribuição a ser feita através do Orçamento do Ministério da Agricultura, contemplava as Federações com 10% do montante que tocasse às Associações, tocando também à Confederação 10% do total que coubesse às Federações. Tivemos a oportunidade de tratar do assunto junto a vários deputados a fim de vermos as nossas Entidades atendidas nas suas necessidades mínimas. Sejanos permitido destacar o especial interêsse que pelo assunto demonstrou o nosso companheiro Deputado Virgílio Távora.

Temerosos estamos, porém, de que se não concretize, ainda no orçamento para 54 êsse apôoio financeiro tão útil e tão desejado que é uma forma modestíssima de devolver um pouco a uma classe que tanto tem dado ao Brasil.

Situação Financeira — A fim de ilustrarmos a nossa situação financeira, apresentamos o seguinte quadro comparativo com o Exercício anterior:

Discriminação	1951/52	1952/53
Bens e Haveres		
1 — Depósitos Bancários ..	121.547,70	568.747,30
2 — Dinheiro em Caixa ..	3.864,60	518,30
3 — Móveis e Utensílios ..	—	87.000,00
	125.412,30	656.265,60
Obrigações a Pagar		
1 — C/Correntes e outras .	9.150,00	22.942,70
2 — I Conferencia Rural Brasileira	25.979,80	—
Resultado Financeiro .	90.282,10	633.322,90
SUPERAVIT em relação ao Exercício anterior	—	[illegible].040,4
Despesas realizadas		
1 — Despesas Gerais	17.422,90	32.409,40
2 — Pessoal	30.670,00	47.650,00
3 — I Conferência Rural Brasileira	35.957,00	25.979,80
	84.049,90	106.039,20
Despesas a mais, em relação ao Exercício anterior	—	21.989,30

Relações Associativas — Conhecemos as dificuldades inerentes ao próprio meio rural, onde a extensão da terra trabalhada e a dispersão do próprio elemento humano, são grandes obstáculos que dificultam relações e intercâmbio de idéias tão úteis aos movimentos associativistas. Isso não impede, porém, que façamos um apêlo aos nossos companheiros de todos os Estados para que, conforme consta dos nossos Estatutos, que nos enviem seus relatórios para que lhes acompanhemos a própria evolução, para que conheçamos melhor as suas dificuldades. Em suma — pedimos que conheçam, respeitem e cumpram tudo aquilo que consta dos nossos Estatutos, como obrigações das filiadas, pois a nossa Confederação não é senão a resultante da organização, de fôrça e da pujança das Federações que a compõem.

Comissão Nacional de Política Agrária — Com a saída do nosso ex-Presidente Mário de Oliveira, ocupou o novo Presidente o seu lugar na dita Comissão. Assuntos delicados foram abordados no tema "Acesso à Terra". A desapropriação pelo custo histórico ficou reduzida à sua expressão mais simples e nenhum agricultor, como o define o Decreto 8.127, terá sua terra desapropriada pelo dito custo histórico e sim pelo valor atual, conforme prevê a nossa Constituição. E mesmo quando se trate de um simples detentor ou proprietário de terras que as conserve inexploradas, embora estejam em condições de serem exploradas, ainda assim ficou estabelecido que uma advertência teria o efeito de induzir êsse proprietário a dar início à sua exploração dentro de um prazo de 18 meses. Cumpre-nos, finalmente, acrescentar que o dispositivo legal interpretativo da nossa Constituição, no que respeita ao justo valor da indenização nesse caso especial, depende das Casas do Legislativo

que, na sua alta sabedoria, darão a interpretação que deve significar o sentir do Povo Brasileiro — não havendo pois razão para maiores receios.

Quanto às conclusões relativas ao arrendamento compulsório, tudo fizemos para que não saísse vencedora essa tese, mas não fomos vitoriosos e devemos dizer que, da mesma forma, nada se converterá em lei sem a aprovação do Poder Legislativo. E já que falamos em Poder Legislativo, falemos um pouco da projeção da Classe no campo da Política.

Classe e Política — Não vamos lhes falar de política partidária, pois que tal assunto é vedado tratar-se no seio da Confederação. Falemos da nossa projeção no seio da Política apenas com o objetivo de conseguirmos a estabilização da Economia Agro-Pecuária, de conquistarmos um Serviço Social Rural que cuide das necessidades mínimas dos nossos trabalhadores que são os grandes heróis da batalha da produção, realizada muitas vezes em regiões inóspitas e em condições adversas.

Para tanto se processa uma evolução espiritual do agricultor e vimos sentindo que já se desenha uma nova consciência que é a de que a "União faz a Fôrça" e que todos nós devemos, seja dentro do Partido A, B ou C, escolher como nossos representantes nos legislativos Municipais, Estaduais e Federal aqueles elementos que conhecem de perto e sabem sentir as agruras e os sofrimentos que martirizam os agricultores, a fim de que se trate com justiça e equanimidade essa grande classe que é a grande produtora de matérias primas, a fornecedora de gêneros alimentícios e, mais, a grande consumidora dos produtos que a Indústria Nacional lança nos mercados.

Em conclusão — a nossa fôrça representativa crescerá na razão direta da consciência que tivermos das nossas possibilidades de influir nos nossos próprios destinos.

Norteamento e Ação — Sendo a Confederação um órgão de âmbito nacional, urgiu a necessidade de se conhecerem os problemas mais sérios de cada Estado, no campo da Agricultura. Assim é que, com êsse objetivo, foi enviada a cada Federação uma consulta — "Quais os três principais problemas do seu Estado, no campo da Agricultura?" e já começam a chegar as respostas que certamente são para nós de alto interêsse.

— Independentemente da consulta formulada, podemos destacar problemas que são muito atuais:

1 — armazenamento e transporte de cereais;
2 — política efetiva, a tempo e a hora, de garantia de preços mínimos;
3 — evolução da política cambial no sentido de beneficiar ao máximo a produção agrícola;
4 — aperfeiçoamento de assistência técnica e financeira ao produtor;
5 — reflorestamento e defesa contra a erosão;
6 — plano de eletrificação rural.

Assiduidade — E' de justiça que se saliente o concurso que vimos recebendo da FARESP, de São Paulo, que sendo a maior das Federações, tem dado também o maior dos comparecimentos às reuniões da Confederação, trazendo as suas luzes e a sua larga experiência, sob a liderança do seu Presidente Iris Meinberg. Não fica aí o seu espírito de colaboração, pois a sua assistência financeira tem sido preciosa, não só **custeando as vindas** dos representantes a esta Casa, mas também fazendo doação em dinheiro à Confederação que já foi contemplada no exercício findo com a soma de Cr$ 20.000,00, além das suas contribuições estatutárias.

Uma palavra especial de agradecimento à grande colaboração prestada pelo Sr. Luiz Marques Poliano, dedicado Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

Desejamos, também, registrar os nossos agradecimentos àqueles companheiros de Diretoria que não faltaram com o seu precioso concurso, sem o qual pouco se faria.

Aos funcionários da Casa louvamos o zêlo com que se houveram.

Era o que nos cumpria informar a esta augusta Assembléia.

INQUÉRITOS E PESQUISAS PARA O LEVANTAMENTO DO CUSTO DA PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA

O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura à II Conferência Rural Brasileira apresentou ao referido conclave a seguinte indicação, que mereceu aprovação unânime, tanto da Comissão que a estudou, como do plenário:

1 — Considerando que a garantia de prêços mínimos para os produtos agro-pecuários é uma maneira do poder público intervir nos mercados evitando, em certas ocasiões, o colápso da produção;

2 — Considerando que essa intervenção vem se tornando cada vez mais frequente em face da necessidade de ser assegurado ao produtor uma justa remuneração mínima que compense o seu trabalho e esfôrço;

3 — Considerando, finalmente, que sòmente com o conhecimento real do custo de produção dos diferentes setores da produção agro-pecuária é possível a fixação de prêços mínimos em bases que auscultem às necessidades dos produtores;

Propomos a seguinte indicação:

"A Segunda Conferência Rural Brasileira recomenda que os órgãos competentes do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados intensifiquem os indispensáveis inquéritos e pesquisas visando o levantamento real do custo da produção agro-pecuária nas diferentes regiões do país, a fim de que os poderes públicos disponham de elementos tais que, em qualquer ocasião em que se torne necessária a sua intervenção, possa fazê-lo, fixando prêços mínimos compensadores para os produtores."

Dez anos para a mudança da Capital do país

CÂMARA FILHO

Promovida pela Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, FAREG, realizou-se em Goiânia u'a Mesa Redonda sôbre a mudança da Capital do País para o Planalto Central.

Estiveram presentes a essa reunião, além de outros autoridades, os Ministros Tancredo Neves e Antonio Balbino, governador Pedro Ludovico e General Caiodo de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Presidente da Comissão de Localização da Futura Capital do Brasil.

Em primeiro lugar, falou o Sr. Joaquim Câmara Filho, Secretário da Agricultura e Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, FAREG, que discorreu sôbre o assunto, encarecendo a necessidade do problema ser solucionado sem demora, pois dessa medida depende o bem estar econômico e social do povo brasileiro e o desenvolvimento do país, por igual, isto é, sem distinção dessa ou daquela região geográfica. Falou em seguida, o Governador Pedro Ludovico Teixeira que declarou ser o problema perfeitamente solucionável, citando para reforço de sua argumentação o exemplo de Goiânia, que veio rasgar enormes perspectivas de progresso e civilização para o Estado de Goiás.

Depois, o General Agnaldo Caiado de Castro fez demorada e interessante exposição sôbre o andamento dos trabalhos da Comissão de Localização da Nova Capital do País, da qual é presidente.

Atendendo a uma solicitação do deputado Manoel Demósthenes afirmou o General Caiado de Castro que o prazo de 10 anos pode ser considerado o razoável para a mudança da Capital do País para o Planalto Central. O assunto foi demoradamente debatido, havendo o General Caiado de Castro prestado, como Presidente da Comissão de Localização, tôdas as informações que lhe foram solicitadas pelos presentes, a respeito das providências tomadas pelos poderes legislativo e executivo para a solução do magno problema.

Os Ministros Tancredo Neves e Antonio Balbino, em discursos pronunciados durante a sua estada em Goiânia, se manifestaram também favorável a interiorização da Capital do País.



Vêem-se acima o Ministro Tancredo Neves, o Ministro Antonio Balbino, o Governador Pedro Ludovico, o General Calado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidencia da República e Presidente da Comissão de Localização da futura capital do Brasil e o Sr. Joaquim Câmara Filho, Secretário da Agricultura e Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, F.A.R.E.G., que presidiram os trabalhos da Mesa Redonda realizada, em Goiânia, por iniciativa da F.A.R.E.G., sôbre a interiorização da séde do Govêrno Federal.



Um aspecto da assistencia da Mesa Redonda, realizada em Goiania, sobre a mudança da Capital do País, para o Planalto, promovida pela Federaçao das Associações Rurais do Estado de Goiás — F.A.R.E.G.

Valiosos informes sôbre cultura de Pinheiros

As informações que se seguem, relativas à culturo de pinheiros são sem dúvidas das mois interessantes e valiosas. Trato-se de observações relativo a plantio iniciados há quase meio século, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo. Foram redigidas pelo engenheiro agrônomo Luiz da Cunha Freire e como se verá forom endereçados em 1940 ao Dr. Felipe Vasconcelos, professor de Silvicultura do Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, e um dos seus ontigos diretores.

Mestres dos mois ilustres, tendo ensinado a várias gerações de agrônomos, dispondo de um cargo cobedal de conhecimentos, o Dr. Felipe Vosconcelos é uma das maiores autoridodes brasileiros em problemas florestas.

Par ocasião do 1.º Congresso Florestal Brasileiro, raelizado em Curitibo, no sua sessão de encerramento, apresentou as informações em apreço e declarou que as ia confiar á guardo do Conselheiro Edgard Teixeiro Leite que alí fôro como representante do Conselho Nacional de Economia.

O Dr. Felipe Vosconcelos teceu então judiciosas consideroções sôbre as observações do Dr. Luiz da Cunha Freire, seu antigo discípula que fôra também dos mais brilhantes alunos do Instituto de Ensino que tantos técnicos e profissionais tem dado á agronomio brasileira. Salientou a importâncio dos observoções realizodos, n'uma époco em que o Silvicultura, como exploração agrícolo de valor econômico ero desconhecida e mesmo considerado obsurda, por desviar capitais e braços da lavoura de café.

As observoções do Dr. Luiz Cunha Freire, cuja morte constituiu uma grande perda para a agronomia brasileira, apresentam caróter de rara objetividade, baseados em dodos concretos, colhidas num grande plantio, de cerca de milhão de pés de eucaliptos e num grande período de tempo.

Dando-lhes publicidade de acôrdo com o intuito do seu possuidor o Dr. Edgard Teixeiro Leite, presta uma homenagem ao aa mestre acatado que a êle confiou êste trabolho até agora inedito e também oferece aos interessados no florestamento pelo público o soma de valiosos encerramentos.

"São Paulo, 30 de março de 1940 — Amigo Dr. Philipe Vasconcellos — Tendo recebido de meu avô, o grata incumbência de, enviar-lhe fotografios e alguns dados, sôbre a cultura de Pinheiro de sua fazenda "Fortalezo" no município de Piracaio, hoje cumpro-a com grande prazer, principalmente por se tratar de interêsse da amigo e professar, dígno de tôdo o minho consideração.

Para melhor obtenção de dodos, seria melhor que o amigo fizesse umo visito local, o que seria para nós motivo de satisfação.

Aproveitondo o ensejo, apresento em meu nome e no do meu ovô, nossos cumprimentos e os protestos da nossa elevoda estimo e distinta consideroção. — (a) **Luiz da Cunha Freire".**

HISTÓRICO

A cultura do Pinheiro no Fozenda, no município de Pirocaio neste Estado, e de propriedade do Cel. Thomaz G. da Rocha Cunha, teve início oproximodamente hó 32 anos, em caróter ornamental quando foi plantado margiando as estradas, plantoção essa que forma hoje, um dos mais belos ornomentos daquela propriedade agrícola.

Dionte do crescimento vigoroso e rápido dos exemplores dessa plantoção, que encontro nessa zono clima e sólo ideal, o que se deduz pelo gronde número de velhos e belíssimos Pinheiros oinda existentes nas matas remanescentes, foi iniciada a plantação em grande escala e em macissos, já com finalidades econômicos, numa feliz previsão, da grande procura que teria nos dias de hoje a madeira daquela essência florestal.

Isso dava-se há vinte e tantos anos, época em que, a Sivicultura, como exploroção agrícola de grande valor econômico, era desconhecida e considerada absurda, por desviar Capital e braços da culturo do Café, que era nessa époco a mina de ouro dos nossos ovós.

Passaram-se os onos, sendo plantado interruptomente em maior ou menor escala, milhares de Pinheiros, e hoje a area cultivada ultraposso o 100 alqueires, sendo que há 3 onos iniciou-se o corte em gron-

de escola, fornecendo matéria prima às indústrias de fósforo e papel, com resultados econômicos francamente animadores que provam ser a cultura do Pinheiro uma inteligente e ótima modalidade de emprêgo de capital.

À medida que se processa a derrubada, novas plantações vem sendo feitas em substituição às antigas, de modo a estar garantida a estabilidade do patrimônio florestal.

CARACTERISTICAS DA CULTURA

SEMENTEIRA — Atualmente semeia-se o pinhão no lugar definitivo, em número de 4 sementes por cóva, durante muito tempo porém, semeou-se cada semente, num entre-nó de bambú de 25 cms. de alto, cheio prèviamente com terriço, ficando essas sementes encanteiradas durante um ano. Daí, transplantava-se para as cóvas, em número de 4 para cada, e há um palmo uma de outra.

Êsse processo que tem a grande vantagem de rápido desenvolvimento inicial, devido a germinação ter-se dado num meio mais propício, e o de evitar as falhas, foi abandonado por ser impraticável e oneroso quando se trata de reflorestamento de grandes áreas.

DISTÂNCIA — A distância entre as cóvas na maior parte dos Pinheirais, é de 4 metros devido a finalidade inicial da plantação ter sido a de explorar madeira para construção. Nessas cóvas o número de mudas reduziu-se de 1 a 3 ficando 2.000 árvores aproximadamente por alqueire.

Nas culturas mais novas a distância entre as árvores é de 2 metros selecionando-se no segundo ano a árvore mais forte de cada cóva.

TRATOS CULTURAIS — O trato cultural consiste nas carpas e no desbote. As carpas são dadas nos três primeiros anos, em número de uma ou duas por ano, sendo que onde a cultura é feita em terra mais ou menos bôa, faz-se cultura intercalar, geralmente com milho e mamona o que torna a carpa pràticamente de graça.

O desboste nos galhos inferiores, geralmente no terceiro ano facilita o crescimento, quase sempre.

CRESCIMENTO — O crescimento do Pinheiro, na Fazenda Fortaleza é bastante rápido em comparação ao de outras plantações do Estado, devido ao seu clima e qualidade de terras.

O diâmetro médio e altura do caule aproveitável segundo as idades é aproximadamente o seguinte:

Idade	Diâmetro	Altura
8 anos	15 cms.	6 mts.
12 "	20 "	8 "
18 "	35 "	12 "
30 "	40 "	15 "

NOTA — Pinheiros plantados a 4 mts. em quadro.

RENDIMENTO DE CORTE — O rendimento em diversos córtes já efetuados, num total de alguns milhares de metros e em plantações de idade variável de 12 a 14 anos, é aproximadamente o seguinte:

Rendimento por árvore	0,20 mts. cúbico
Rendimento por alqueire	400 mts. cúbico
Preço por mts. posto vagão .	45$000
Renda bruta por alqueire . . .	18:000$000
Despesa de córte e transporte	2:000$000
Renda líquida de córte	16:000$000

NÚMERO DE ÁRVORES — O número aproximado de árvores, no Fazenda Fortaleza é de 800.000 com idades e características diversas.

Nota + — Estere.

(a) **Luiz da Cunha Freire** —30 de Março de 1940.

CALAGEM

A maioria das plantas cultivadas nas fazendas se desenvolve melhor nos solos supridos com calcário e que muitas das mais prósperas regiões agrícolas do mundo possuem soles de origem calcária. Raramente é encootrada uma lavoura lucrativa em solos ácidos.

Devido a certes fatores, os solos agrícolas têm tendência a se tornarem ácidos, principalmento os solos das regiões tropicais. Para corrigir sua acidez e apresentar uma boa produção, o solo necessita de "calagem". No entanto, o calcário não fornece elementos necessários à planta, como nitrogênio, ácido fosfórico ou potassa. Assim, ele não pode substituir os adubos. A sua função primordial, na realidade, é reduzir a acidez do solo.

A acidez de um solo, desenvolve neste, condições que podem, muitas vezes, ser desfavoráveis ao crescimento da planta. No caso do aluoínio, normalmente encontrado nos solos em quantidado relativamento grande e que, em ferma solúvel, pode atuar sôbre as plantas, produzindo efeitos tóxicos. Esta solubilidade do alumínio aumenta proporcionalmente à acidez do solo.

Os próprios fertilizantes químicos, muito poucas vezes, produzem inteiramente suas grandes vantagens em solos rigorosamente ácidos. O ácido fosfórico do adubo pode entrar em combinação com o alumínio ou o ferro, deixando, assim, de ser assimilado pela planta.

Com respeito aos organismos existentes no solo, priocipalmento, às bactérias beoéficas a êste, a acidez atua mortalmente. Razão pela qual faz-se neste a aplicação do calcário, antes da semoadura das sementes tratadas com ADUBACTER.

Por outro lado, certos organismes prejudiciais às plantas, parecem ser menos ativos nos solos alcalinos ou de pequeno gráu de acidez.

A aplicação do calcário nos solos é essencial à de composição da matéria orgânica existentes nestes, pois, esta se processa mais ràpidamente, fornecendo assim em menor prazo de tempo, alimento à planta.

Porém, uma calagem mal feita, isto é, excessiva, também pode causar daoos às plantas. Os fatôres responsáveis por esta ação ainda não estão completamente esclarecidos. Entre os vários danos que podem ser causados, um dos principais é a diminuição do efeito do material fosfático do adubo.

Para se poder entender melhor, a maneira pela qual a calagem deve ser feita, torna-se necessário uma rápida noção sôbre a escala de medição da acidez, escala esta pela qual os solos podem ser classificados de acôrdo ocm a intensidade do sua acidez ou alcalinidade. Esta escala é chamada "escala do pH".

O grau de acidez ou alcalinidade é expresso em têrmos de pH, sendo que a intensidade de ambos é indicada pelo valor do pH. O pH7 significa neutralidade, isto é, um solo com êste pH não é ácido nem alcalino. Um pH com valor menor do que 7 indica acidez e quanto menor fer êste valor maior será esta. Do mesmo modo, o pH de número maior do que 7 representa alcalinidade.

Muito poucas vêzes os solos possuem pH menores do que 4 e maiores do que 8,7. Um solo, geralmente considerado produtivo, deve ter o seu pH entre 5 e 7.

O valor do pH na escala, apesar de indicar o grau de acidez ou alcalinidade de um solo, varia dependendo da intensidade de ambos. Um solo que tenha uma reação de pH4, é dez vezes tão ácido como outro de reação de pH5. Porém, isto não significa que o solo necessita de calcário nesta proporção.

Apesar da escala do pH ter algumas vantagens sôbre outros métodos de determinação da intensidade da acidez, esta não fornece um cálculo exato da quantidade de calcário a ser usado numa calagem.

Um método rudimentar, porém muito usado e, na maioria das vezes, suficiente para se determinar o pH de um solo, é o dos papéis indicadores. Estes podes ser encontrados nas casas comerciais do ramo e, geralmente, vêm acompanhados de uma escala com as cores das reações, indicando os seus respectivos pH. O fazendeiro, munido de um destes estojos e de um pouco de água das chuvas, está apto a saber a intensidade da acidez ou da alcalinidade do solo de sua fazenda, a fim de poder calcular a quantidade e calcário a ser aplicada numa determinada área, para modificar a reação do pH do solo desta. Para se usar os indicadores deve-se pegar com as mãos uma pequena quantidado do terra da superfície do solo e umedecê-la com um pouco de água das chuvas, moldando-a na forma de uma bola. Parte-se a bola ao meio e introduzse uma das tiras de papel indicador. Em seguida, ajunta-se as duas partes da bola, de forma que uma das extromidades da tira da papol fique presa entre ambas. Comprime-se as partes contra o papel durante uns 10 minutos, retirando-o depois para ser lavado com água das chuvas. Compara-se a cor produzida com a reação na escala de coros do estojo, onde se encontrará o pH do solo examinado.

Cada cultura requer um solo com determinado pH para seu melhor desenvolvimento. Assim, para o fazendeiro produzir lucrativamente, é necessário que ele conheça o pH exigido pela plaota a ser cultivada, a fim de que esta alcance o máximo de produtividade.

No quadro n.º 1 pode-se observar a tolerância de diversas plantas à acidez de solo:

pH 6,5	pH 6	pH 6	pH 5,5	pH 4,5
Alfafa	Amendoim	Ervilha de vaca	Fumo	Citrus
Trêvo	Centeio	Soja	Batata	
	Aspargo	Milho	Maçã	
	Beterraba	Algodão	Ubá	
	Repolho	Aveia	Pêssego	
	Cenoura	Trigo	Ameixa	
	Couve-flor	Ervilhas	Malaneia	
	Beringela	Tomate		
	Alface	Morango		
	Cebola			
	Pimenta			
	Rabano			
	Espinafre			

O calcário para calagem é encontrado em forma de carbonatos, contendo cálcio ou cálcio e magnésio. Quando a percentagem de magnésio é alta, o calcário é chamado "dolomita". Ambos os carbonatos neu-

tralizam a acidez. A maior parte dos calcários usados na agricultura contém mais de 90% do total de carbonatos. Pode-se empregar conchas de ostras, que são uma fonte contendo de 90 a 95% de carbonato de cálcio. A "escória", um sub-produto na fabricação de ferro gusa, em muitos países costuma ser usada na calagem, apesar de ser considerada de grau inferior. Os calcários das rochas encontradas no solo, são os mais fáceis de serem obtidos. As formas de calcário usado, mais importantes, são o calcário sem tratamento, calcário queimado e calcário hidratado. Apesar do calcário queimado ou hidratado ser cáustico, ele pode ser empregado no solo não depende, apenas, de sua composição, mas, também, do seu grau de fineza.

Quando o calcário é queimado seu volume diminui de 44%, ficando justamente o óxido de cálcio, que atua sôbre a acidez. Assim, o efeito causado no solo por 100 kgs. de calcário queimado. Quando o carbonato do cálcio é tratado com água, ele se transforma em hidróxido de cálcio. Se juntarmos aos 56 kgs. de calcário queimado 18 lts. de água, teremos 74 ks. de hidróxido de cálcio, dos originais 100 kgs. de carbonato de cálcio.

Para se calcular, *rudimentarmente*, a quantidade de óxido de cálcio em quilos, necessária para modificar a reação do pH de um solo cuja área é de um hectare ,pode-se usar a tabela do quadro n.º 2:

		De pH 6	De pH 5,5	De pH 5	De pH 4,5
Arenoso	(1)	595	954	1430	1907
Barrento	(2)	954	1430	1907	2360
Argiloso	(3)	1430	1907	2360	2614

Se em lugar do óxido de cálcio usarmos calcário, basta multiplicar o número de quilos, mencionado no quadro .º 2, pelo fator 1,79, para se achar a quantidade de calcário a ser usada.

Exemplo: — Deseja-se saber qual será a quantidade de calcário a ser empregada na calagem de um alqueire geométrico, cujo solo é de constituição arenosa, a fim de se modificar o pH deste de 5 para 6.

Temos:

1 alqueire geométrico igual a 48.400 m2

1 hectare igual a 10.000 m2

1 alqueire igual a:

$$\frac{48.400}{10.000} = 4{,}84 \text{ hectares}$$

Consultando a tabela do quadro n.º 2, encontramos 1.430 kgs. de óxido de cálcio a serem usados num hectare de solo arenoso, para modificarem o pH deste de 5 para 6. Então, para calcularmos a quantidade de calcário a ser empregada, nas mesmas condições, teremos:

1.430 × 1,79 = 2.560 kgs. de calcário para um hectare.

Para u malqueiro geométrico, usaremos:

2.560 × 4,84 = 12.390 ks. de calcário.

(1) — *Solo arenoso* — é o solo que contém alta percentagem de areia, secando ràpidamente após as chuvas.

(2) — *Solo barrento* — é o solo composto de argila , lôdo e partículas de areia, misturados em tôda proporção que o caráter deste não depende, primàriamente, de qualquer grupo de partículas.

(3) — *Solo argiloso* — é o solo que que contém uma proporção suficiente de partículas menores do que 0,002 de milímetro. É plástico e difícil de serf arado.